

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

Michelle Cristina Ferreira

Nº. de Matrícula: 0613115

Orientador: José Márcio Camargo

Junho de 2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**O crescimento da Formalização no Mercado de Trabalho no
Brasil – 2003 a 2008.**

Michelle Cristina Ferreira

Nº. de Matrícula: 0613115

Orientador: José Márcio Camargo

Junho de 2011

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do
Autor “

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus. Agradeço aos meus pais, Seu José e Dona Blandina pelo apoio incondicional.

Agradecimento mais do que especial ao professor José Márcio Camargo pela atenção e por ter sido fundamental na escolha do tema.

Grata a todos os meus colegas de faculdade pelas experiências compartilhadas ao longo do percurso e em particular a Danúbia de Freitas amiga para todas as horas.

RESUMO

Desde o fim da década de 90 o mercado de trabalho brasileiro vem apresentando resultados significativos em relação ao aumento no grau de formalização nas relações de trabalho. Optou-se por escolher os anos de 2003 a 2008 como ponto de referência de análise para essa expansão formal e para tanto, foram extraídos e analisados os principais resultados da Pesquisa Mensal do Emprego – PME e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Explica-se o fenômeno da expansão da formalidade nas relações de trabalho pelos argumentos de Mello, R.(2010) que associa o processo de aceleração educacional como fonte de queda na taxa de informalidade e desemprego, e pelo viés de Corseuil e Foguel. (2011) que atribuem tal feito ao processo de expansão econômica. Com base nesses pontos traçou-se então um perfil da evolução da ocupação formal no Brasil.

Palavras Chave: Mercado de Trabalho, Formalização, Desemprego, Ocupação.

Sumário

Introdução.....	07
Capítulo 1: Breve Histórico	
1.1 –O aumento da informalidade na década de 90.....	08
1.2 – O início da reversão da informalidade.....	09
Capítulo 2: Definições e Conceitos	
2.1–Pesquisa Mensal do Emprego – PME.....	11
2.1.1– Conceitos empregados na PME.....	12
2.2- Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.....	14
2.3– Análise e disposição dos dados.....	16
Capítulo 3: O Mercado de Trabalho de 2003 a 2008	
3.1– O mercado de Trabalho segundo componentes da RAIS.....	18
3.2 - Evolução do Mercado de Trabalho segundo Perfil do Trabalhador	
3.2.1 – População em Idade Ativa.....	32
3.2.2 – População Ocupada.....	38
3.2.3- População Ocupada com carteira assinada no Setor Privado.....	41
3.2 – Evolução do Mercado de Trabalho na ótica do Rendimento.....	44
Capítulo 5: Argumentação recente para expansão da Formalização nas Relações de Trabalho	
4.1 – Introdução.....	48
4.2- Expansão Econômica	49
4.2.1 - Arcabouço teórico de Moscarini e Postel – Vinay (2009).....	49
4.2.2 - Arcabouço teórico modelo Corseuil e Foguel.....	51
4.3 – Aceleração Educacional (Mello, 2010).....	56
Conclusão.....	60
Bibliografia.....	62

I – INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2011 o Ministério do Trabalho e Emprego, através dos indicadores da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), deu destaque para a obtenção de resultados históricos na economia brasileira em relação ao número crescente de carteiras assinadas. Os picos de contratação formal ocorreram em 2011, entretanto este é um processo que se verifica pelo menos a partir do final da década de 90.

Essa monografia terá como enfoque principal a apresentação e interpretação dos dados do mercado de trabalho que abrange o período de 2003 a 2008 com o objetivo de caracterizar e entender o processo de queda na taxa de informalidade da economia. Para situar-nos no tempo e utilizar-se como fonte de comparação há o **capítulo 1** o qual retrata de forma sintética o panorama econômico do período antecedente a esse processo de expansão no emprego.

Para conhecimento do período em análise lançou-se como base o uso dos resultados da Pesquisa Mensal do Emprego – PME em conjunto com as informações trazidas pela Relação Anual de Trabalho – RAIS. As pesquisas apresentam enfoques diferentes em relação ao mercado de trabalho, a PME por ter como fonte de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD caracteriza muito mais o perfil do trabalhador. Já a RAIS por ser estruturada com informações por parte dos estabelecimentos configura em informações voltadas para a geração de postos de Trabalho. O **capítulo 2** apresenta um pouco mais sobre a metodologia empregada em cada uma dessas pesquisas, assim como também informa a maneira como os dados serão dispostos nessa monografia.

Um novo perfil do trabalhador brasileiro pode ser desenhado através das estatísticas encontradas nas pesquisas. A expansão educacional é característica marcante para o período, revelada por um crescimento na População Ativa de grupos com níveis educacionais de 11 anos ou mais de instrução, acompanhada pelo decréscimo da mesma para o níveis sem instrução ou com menos de 8 anos de estudo. Vale destacar também a expansão substancial no estrato de pessoas com nível superior e o crescimento contínuo das mulheres na população ocupada. O **capítulo 3** delinea o tipo de trabalhador presente no mercado de trabalho brasileiro no período de 2003 a 2008 compreendendo dados relativos a gênero, escolaridade e rendimento.

. O aumento expressivo na taxa de formalidade da economia brasileira é objeto

recente de estudo, devido a isso não há ainda um senso comum empírico a cerca do fenômeno. Entretanto, existem estudos com propostas que esse aumento da formalidade da economia brasileira vivida nos últimos anos poderia estar atrelado a fatores como: expansão educacional, aumento da cobertura do simples nacional para pequenas e médias empresas, maior fiscalização nas relações de trabalho, ou a ciclos econômicos. Por observar os intensos movimentos em relação ao grau de escolaridade do trabalhador e o forte período de expansão econômica vividos pelo país entre 2003 e 2008 optou-se por apresentar duas linhas de pesquisas condizentes com os resultados apontados nesse trabalho. Assim, a última parte da monografia (**capítulo 4**) é estruturada por uma revisão bibliográfica composta por dois artigos o primeiro de Carlos Henrique L. Corseuil e Miguel N. Foguel que explicam o aumento da formalização pelo viés da expansão econômica e o segundo de Mello.R o qual faz uma abordagem correlacionando queda na taxa de informalidade à aceleração educacional.

Capítulo 1: Breve Histórico

1.1 - O aumento da informalidade na década de 90

A década de 90 no Brasil foi marcada pela abertura econômica em relação ao comércio e capitais internacionais, como também por uma redução da atuação do Estado, privatizações, redução inflacionária e controle fiscal. Essas mudanças estruturais afetaram em grandes proporções o mercado de trabalho, apresentando um forte aumento nas taxas de desemprego e, conseqüentemente, um incremento à informalidade jamais vista (Neri et al,2000). Segundo DEDECCA E ROSANDISKI (2006) a destruição do emprego formal sem comparação na história foi associado ao baixo desempenho econômico em um contexto de abertura econômica e valorização cambial.

No período de 1990 a 1992 a economia brasileira passou por uma intensa recessão, apresentando altos níveis de desemprego e redução da atividade econômica. Nos anos que se seguiram, principalmente a partir de 1994 o Brasil viveu um período de crescimento econômico e de maior estabilidade inflacionária. Chegando a apresentar em 1995 redução da na taxa de desemprego aberto associado a um aumento do nível de emprego total de maneira suficientemente forte. A partir de então, com os efeitos da crise México, a taxa de desemprego voltou a crescer, principalmente a partir de 1997(NERI et al, 2002). Entre 1995 e 1998 o ambiente macroeconômico foi marcado pela sobrevalorização cambial e altas taxas de juros, com isso fortes efeitos negativos foram repassados as variáveis do mercado de trabalho. Nessa deterioração estava incluído o aumento da informalidade das relações de trabalho. NERI (2000) argumenta que as crises financeira e asiática de 1998 afetaram a economia novamente , apresentando então mais uma vez redução no emprego e diminuição de trabalhadores no setor formal. Como no mesmo período ocorreu uma expansão do setor de comércio e serviços esse setores absorveram parte desses trabalhadores informais o que amorteceu o aumento da informalidade no período.

1.2 – O início da reversão da informalidade

O aumento nas taxas de formalidade na economia brasileira é um processo que segundo Dedecca e Rosandiski (2006), se dará a partir do ano de 2003 com o início do governo Lula. Os autores colocam o ano de 1999 como o ano em que se contem as elevadas taxas de informalidade presentes durante a década de 90 como também creditam isto à renacionalização da produção pela desvalorização cambial, e também a um ajuste do mercado de trabalho realizado através da desvalorização dos salários.

Os autores seguem dizendo que apesar da contenção da queda do nível de emprego formal, houve a reprodução da tendência de crescimento do desemprego, em face do incremento natural da população economicamente ativa. Além disso, complementam afirmando que o baixo desempenho econômico em um contexto de abertura externa e valorização cambial provocaram a destruição dos empregos formais. Então para eles, desde o segundo semestre de 2003, a economia brasileira apresenta movimento de recuperação econômica que reverteu à tendência de deterioração do mercado de trabalho nos anos 90.

Para Cardoso Jr. (2007) a desvalorização cambial de 1999 e meados de 2003, a economia brasileira teria operado em um contexto de comércio internacional favorável, o que teria permitido declínio das tendências anteriores (altas taxas de informalidade e desemprego década de 90) para as principais variáveis do mercado de trabalho. Mesmo que a economia estivesse operando com política restritiva (câmbio semiflutuante, grandes superávits fiscais, taxas de juros elevadas e metas rígidas de inflação). Outro ponto que o autor destaca é em relação ao grau de desproteção previdenciária e a informalidade das relações de trabalho que caíram, assim como ocorreu queda nos níveis de desemprego que não cresciam mais no mesmo ritmo de antes.

Segundo ele o triênio de 2004 a 2006 manteve-se praticamente inalterado, mesmo com o forte desenvolvimento do comércio exterior, combinado a pequenas reduções de juros internos, com expansão de várias modalidades do crédito, aumentos do salário mínimo frente à inflação e expansão das políticas sociais.

O texto MPAS (2005), que analisa a evolução recente da proteção social previdenciária, atribui o aumento da cobertura e da quantidade de vínculos trabalhistas

“formalizados” a diversos fatores, sendo o principal deles a melhoria do cenário econômico. O texto indica que a PNAD de 2003, realizada em setembro deste ano, registrou os primeiros efeitos do início da recuperação econômica do país, que vinha de uma situação de estagnação em 2002. O texto destaca, ainda, a ampliação do número de vagas formais no setor privado – com destaque para o agronegócio – além da formalização de relações trabalhistas pré-existentes, devido a um aumento da eficiência da fiscalização e da melhoria na dinâmica da economia. (BORGES, G; SILVA, M e BARROS, L 2008).

Dessa forma, observa-se que as condições para informalidade são atreladas às variações pelas quais passou o mercado de trabalho de uma forma geral. As altas taxas de informalidade que ocorreram na década de 90 teve a tendência revertida a partir do ano de 2003, tendo apresentado desde então crescimento contínuo.

Capítulo 2: Definições e Conceitos

2.1 – Pesquisa Mensal do Emprego

PME

A Pesquisa Mensal de Emprego – PME, implantada em 1980, produz indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Trata-se de uma pesquisa domiciliar urbana realizada através de uma amostra probabilística, planejada de forma a garantir os resultados para os níveis geográficos em que é produzida.

As grandes transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro desde a implantação da PME impuseram uma revisão completa, vigente desde março de 2002, abrangendo seus aspectos metodológicos e processuais. A modernização da Pesquisa Mensal de Emprego visou a captação mais adequada das características do trabalhador e de sua inserção no sistema produtivo, fornecendo, assim, informações mais adequadas para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas. No que diz respeito a conceitos e métodos, ocorreram atualizações de forma a acompanhar as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

(Fonte: IBGE – Estudo de Indicadores 2008)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística produziu um estudo no ano de 2008 com o objetivo de acompanhar a evolução da força de trabalho no país, observando o que tem acontecido desde o ano de 2003. Seu conjunto de dados é formado através das estatísticas fornecidas pela Pesquisa Mensal do Emprego - PME.

O estudo buscou enfatizar os indicadores que apresentaram as mudanças mais significativas nas relações de trabalho. Para tanto, antes de se dar início a análise dos resultados da pesquisa é importante ter conhecimento dos significados dos indicadores que serão relatados. Esse mesmo estudo foi utilizado como base de dados para a presente monografia. Entre esses conceitos podemos destacar:

2.1.1 – Conceitos empregados na PME

A seguir serão elencados conceitos que aparecem com frequência na composição dos indicadores da Pesquisa Mensal do Emprego.

População em Idade Ativa - PIA

Compreende as população economicamente ativa e a população não economicamente ativa.

População economicamente Ativa - PEA

Potencial de mão -de – obra com o qual o setor produtivo conta. Abrangendo a população ocupada e desocupada.

População Ocupada - PO

Pessoas que tinham trabalho e trabalharam e pessoas que possuem trabalho e por algum motivo não trabalharam, por exemplo, licença maternidade ou férias. A População Ocupada é dividida em:

- Empregados - aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em Dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.).

Incluem- se, entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos.

Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada.

- Conta Própria - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados.
- Empregadores - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados.
- Não Remunerados - aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da

unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.

População Desocupada - PD

Pessoas que não tinha trabalho em um determinado período de referência, entretanto estavam dispostas a trabalhar, isto é, estavam procurando uma ocupação.

População Não Economicamente Ativa - PNE

Pessoas que não se enquadram nem como ocupadas nem como desocupadas.

2.2- Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

Conceituação RAIS

Instituída pelo Decreto n.º 76.900/75, de 23 de dezembro de 1975, a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS é um Registro Administrativo, de âmbito nacional, de periodicidade anual, de declaração obrigatória para todos os estabelecimentos, inclusive aqueles sem ocorrência de vínculos empregatícios no exercício.

Originalmente, a RAIS foi criada como instrumento operacional para o controle da entrada da mão-de-obra estrangeira no Brasil, dos registros relativos ao FGTS e como subsídio à base de cálculo do PIS/PASEP; além de gerar informações estatísticas sobre o mercado de trabalho formal. Atualmente, em observância ao dispositivo constitucional, é o único instrumento de governo que viabiliza a concessão do pagamento do Abono Salarial.

Em virtude da relevância e de sua multiplicidade de informações de interesse social, a RAIS se constituiu, devidamente, em fonte de dados estatísticos para o acompanhamento e para a caracterização do mercado de trabalho formal no Brasil. O tratamento estatístico das informações captadas pela RAIS permite que os dados divulgados tenham desagregação em nível de município, de classe de atividades econômicas e de ocupação. Assim, a RAIS contém o estoque (número de empregos) por gênero, faixa etária, grau de instrução, faixas de rendimentos, rendimento médio e massa salarial, segundo esses cortes. Finalmente, as estatísticas da RAIS são utilizadas na elaboração de diagnósticos sobre o mercado de trabalho, como apoio aos sindicatos nas negociações coletivas, como orientação aos investimentos públicos e, ainda, como base à elaboração de pesquisas estatísticas de outras instituições, além de outros usos afins.

Desde os anos 90, os dados da RAIS registram importantes avanços quantitativos e qualitativos, em decorrência da ampliação do número de declarações em meio magnético. Nesse período, a cobertura aproximou-se de 97% do setor organizado da economia, consolidando a RAIS como censo do mercado de trabalho formal. Atualmente, o universo de estabelecimentos é de aproximadamente 6,1 milhões (2,5 milhões com vínculo e 3,6 milhões sem vínculo), sendo que os vínculos empregatícios

somam cerca de 23 milhões de empregos celetistas e 6,5 milhões de estatutários. É importante registrar que o processo de recebimento da RAIS pela Internet surgiu como consequência da necessidade de aprimorar a qualidade e de dar agilidade às informações.

Dessa forma, a RAIS é um registro administrativo de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, criado com fins fiscalizadores, operacionais e estatísticos. Atualmente, a principal função operacional da RAIS é viabilizar o pagamento dos trabalhadores com direito ao benefício do Abono Salarial de que trata o artigo nº239 da Constituição Federal.

Principais objetivos:

- Dar suporte às necessidades de controle da atividade trabalhista no País;
- Disponibilizar informações a respeito do mercado de trabalho a órgãos governamentais
- Fonte de dados para elaboração de estatística do trabalho.

As informações constantes da RAIS são prestadas anualmente, de caráter obrigatório para todos os estabelecimentos existentes no território nacional, inclusive para aqueles que não registraram vínculos empregatícios no exercício, contemplando todos os empregados formais celetistas², estatutários¹, temporários, avulsos, entre outros.

¹ **Regime jurídico Estatutário federal**, ou simplesmente *regime estatutário*, é a denominação utilizada para o vínculo jurídico estabelecido pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que liga os servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais com a administração pública federal no Brasil, estabelecendo seus direitos e deveres.

² A **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)** foi criada através do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. O termo "celetista", derivado da sigla "CLT", costuma ser utilizado para denominar o indivíduo que trabalha com registro em carteira de trabalho. O seu oposto é o profissional que trabalha como pessoa jurídica (PJ), ou profissional autônomo, ou ainda como servidor público estatutário.

2.3– Análise e disposição dos dados

Os dados provenientes do IBGE foram extraídos de uma pesquisa retrospectiva que verifica as transformações ocorridas no mercado de trabalho baseadas em informações advindas da PME. A pesquisa é fundamentada em indicadores que dão conta de traduzir fatores como: a situação da mão- de – obra no Brasil em relação à desocupação, o poder de compra através do rendimento do trabalho, as diferenças no nível de ocupação referente ao gênero e a cor, o nível de instrução das relações de trabalho, entre outros indicadores.

A outra fonte utilizada foram os relatórios de principais resultados para cada respectivo ano da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS no período de 2003 a 2008. A análise desses relatórios ocorreu de forma mais pontual já que não há uma correlação serial histórica como no estudo realizado pelo IBGE.

Destaca-se que as pesquisas abrangem os pareceres do mercado de trabalho de formas diferentes, enquanto a PME se foca exclusivamente nos resultados apenas das principais regiões metropolitanas do país a RAIS abrange todo o território nacional. Além de a primeira trazer dados provenientes dos domicílios, através da PNAD e a segunda os dados serem embasados em informações fornecidas por estabelecimentos com vínculos empregatícios.

Entretanto, analisando-se os resultados de ambas as fontes foi possível observar que mesmo que os focos territoriais fossem diferentes, os resultados convergem para pontos semelhantes. Principalmente porque os resultados produzidos pelas regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) possuem forte influência na desenvoltura econômica do país como um todo e mesmo que a RAIS exponha os resultados para todo o território nacional, as regiões metropolitanas acabam ganhando destaque também nos relatórios da RAIS.

Como o presente trabalho visa apenas apresentar de maneira expositiva o que aconteceu no mercado de trabalho ao longo do período de 2003 a 2008 sem a utilização de um modelo que controle os indicadores de alguma forma, serão mescladas as informações provenientes de ambas as fontes.

Outro ponto que se cabe ressaltar é em relação ao enfoque dos resultados apresentados, visto que se concentrarão basicamente em relação à População Ocupada buscando sempre acompanhar os movimentos decorrentes do setor privado para os

trabalhadores com carteira assinada, isto é, um enfoque maior será dado ao regime celetista de trabalho, não que se exclua o regime estatutário, mas sobre essa categoria de trabalho as informações aparecerão de forma mais complementar.

Capítulo 3: O mercado de trabalho brasileiro de 2003 a 2008

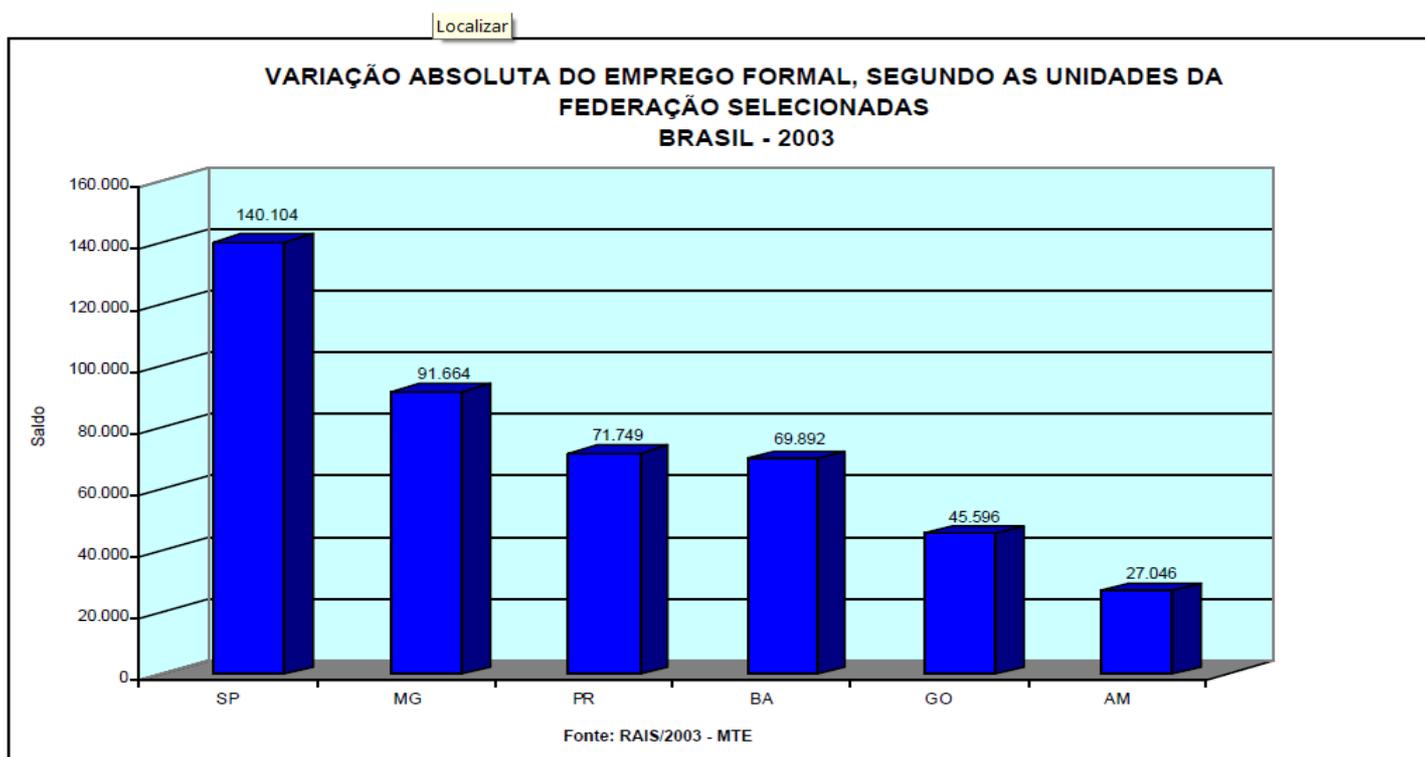
3.1- O mercado de Trabalho segundo componentes da RAIS

O capítulo a seguir traz informações acerca do mercado de trabalho no período de 2003 a 2008 ano a ano, segundo as informações levantadas pela RAIS.

2003 e 2004

2003 foi marcado pelo aumento de 861 mil postos de trabalho com geração de 29,5 milhões de empregos formais (Celetistas e Estatutários) o que indicou um crescimento de 3,0% em relação a 2002. Os estados que mais se destacaram na geração de empregos em ordem decrescente de valores foi São Paulo (+140,1 mil postos), Minas Gerais (+91,7 mil postos) e Paraná (71,7 mil empregos).

Gráfico 01

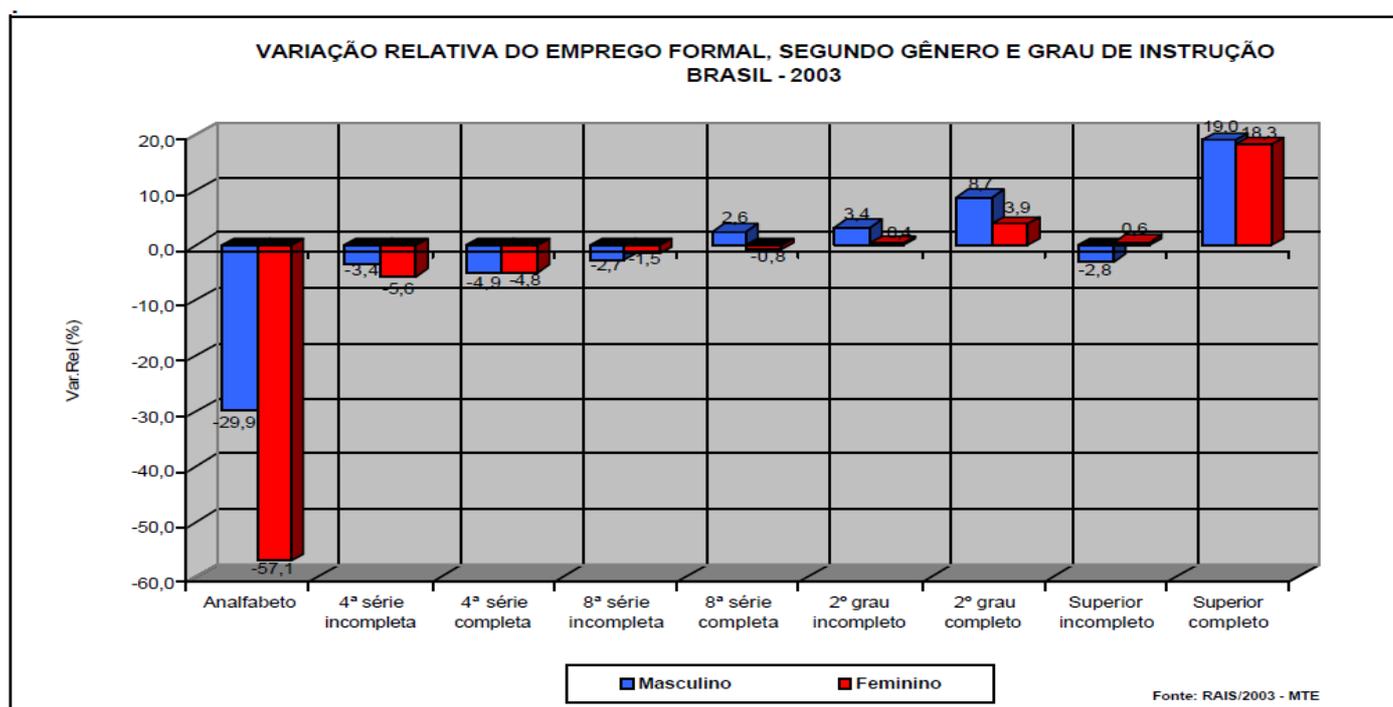


O Comércio (+292,9 mil empregos), a Administração Pública (+204,7 mil vagas), o setor de Serviços (+196 mil postos) e a Indústria da Transformação (+146,4 mil postos) foram os setores mais dinâmicos na economia. Ocorreu um crescimento de

3% no qual se destaca o setor de agropecuária com 6,1% de crescimento e, em contrapartida ocorreu uma queda no da Construção Civil de 5,3%.

O gráfico sobre Variação Relativa do Emprego Formal segundo Gênero e Grau de Instrução evidencia uma queda substancial na demanda de trabalho por trabalhadores analfabetos em ambos os sexos, mas especialmente para mulheres analfabetas (-57%). Entretanto, a partir da 8ª série há um aumento na demanda por trabalhadores para quase todos os níveis de instrução.

Gráfico 02

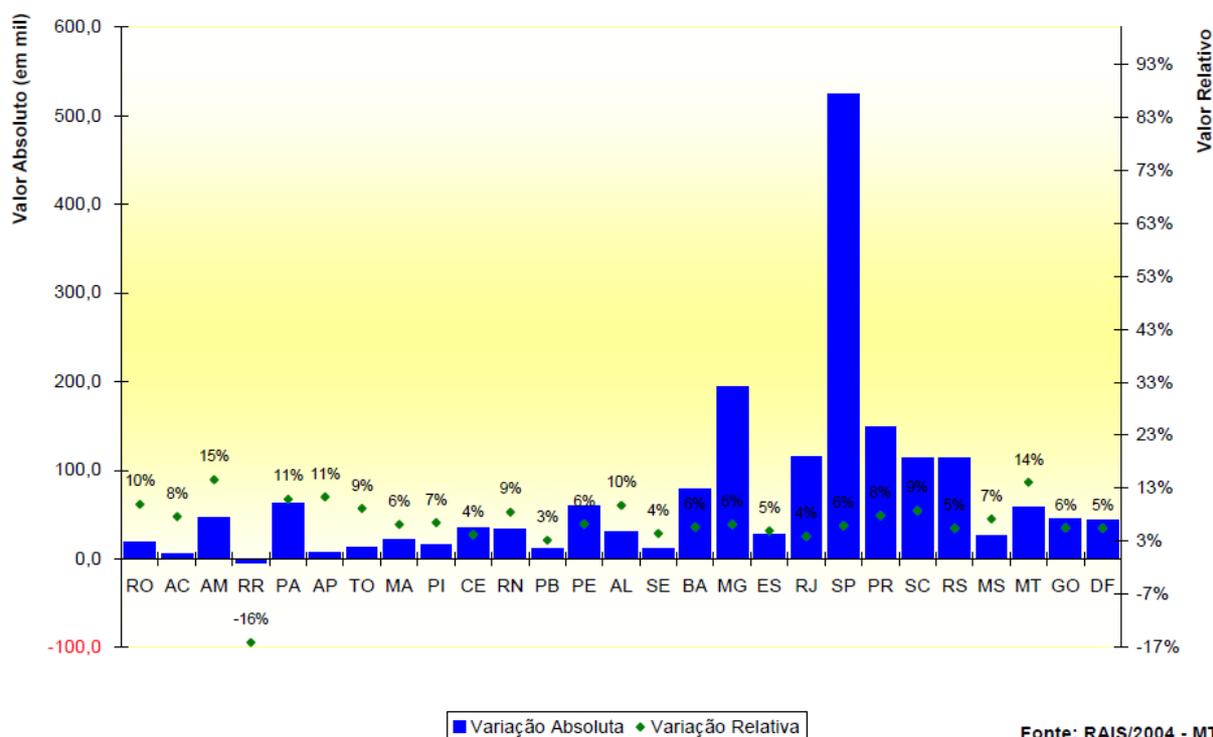


Os estabelecimentos em sua grande maioria apresentaram crescimento. Os estabelecimentos que tinham entre 250 e 499 vínculos formais apresentaram maior dinamismo com uma taxa de crescimento de 1,1%. Em termos absolutos os estabelecimentos com mais de 1000 empregos apresentaram melhor desempenho, já em termos relativos que ganhou destaque positivo foram os estabelecimentos que tinham entre 10 e 19 vínculos empregatícios.

O desempenho positivo da atividade econômica em 2004 foi representado pelo considerável crescimento do produto interno no volume de 4,94%.

O número total de empregos gerados, segundo as informações concedidas pelos empregadores foi de 31,408 milhões de empregos o que representa um crescimento de 6,3% em relação ao estoque de emprego do ano de 2003.

Gráfico 03: Variação Absoluta e Relativa do Emprego Formal, segundo unidades da Federação – Brasil 2004.



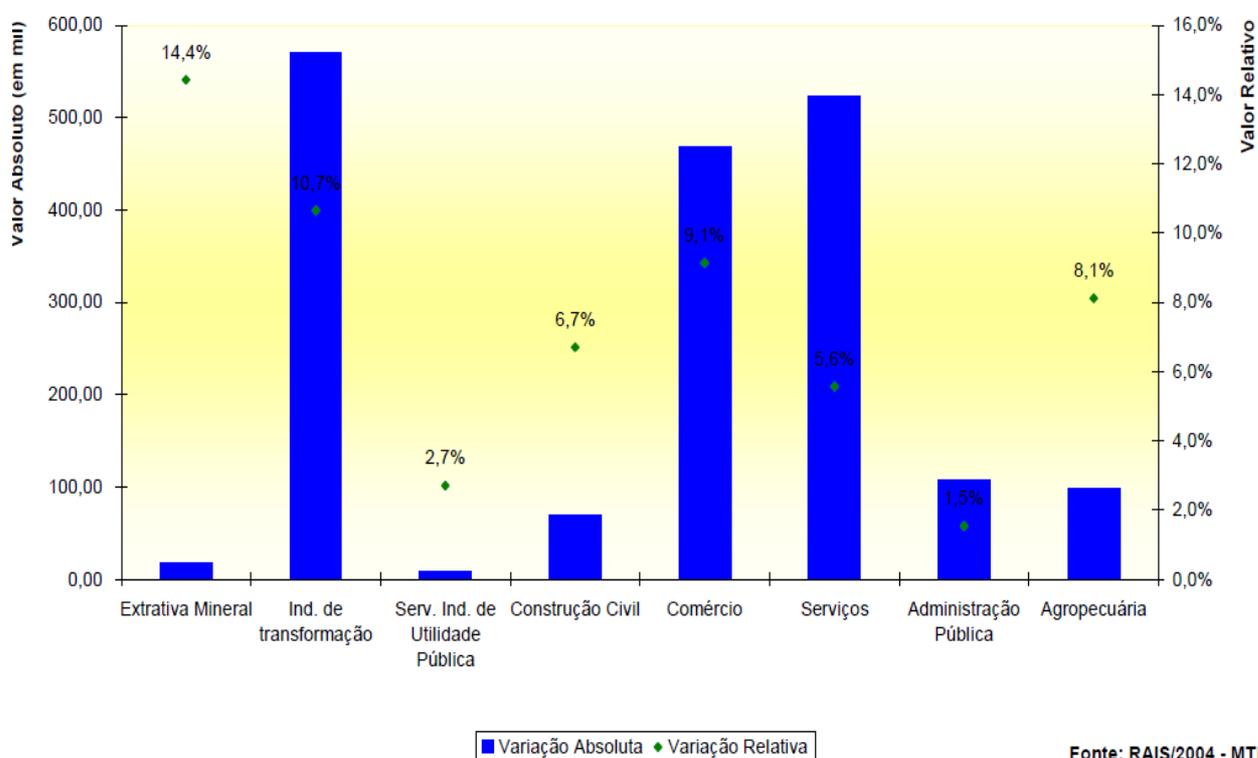
Fonte: RAIS/2004 - MTE

Todos os estados apresentaram elevação do estoque do emprego formalizado, com exceção do estado de Roraima no qual o emprego formal caiu cerca de 16,06%. Esse mal desempenho do estado de Roraima pode ser explicado pela ausência de declaração do setor de Administração Pública ao Ministério do Trabalho.

A partir do gráfico é possível perceber que os estados que mais se descaram na geração de emprego formal foram: São Paulo (+ 525 mil, ou +6%), Minas Gerais (+194,7 mil postos, ou 6,21%), Rio de Janeiro (em termos absolutos), Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia (Termos absolutos e relativos).

O gráfico com variação absoluta e relativa do emprego formal permite analisar como se comportaram os setores da economia na geração de postos de trabalho. Em relação aos setores da economia, a Indústria da Transformação (+570,7 mil empregos ou 10,65%), o setor de Serviços (+522,7 mil empregos ou 5,57%) e o Comércio (+467,8 mil empregos ou 9,14%) foram os setores que mais contribuíram para a geração líquida de empregos formais. Em termos de crescimento relativo destaca-se o setor Extrativo Mineral (+17,7 mil empregos ou 14,42%) e novamente os setores da Indústria da Transformação e Comércio. O setor público foi o qual apresentou pior desempenho com crescimento de apenas 1,54% na Administração Pública e os Serviços Industriais de Utilidade Pública com crescimento de 2,71%.

Gráfico 04 – Variação Absoluta e relativa do Emprego Formal, segundo os setores de atividade econômica – Brasil 2004



Dados segundo Grau de Instrução e Gênero

O ano de 2004 acompanha o mesmo ritmo do ano de 2003 no sentido de queda de demanda de empregos para níveis educacionais baixos, até 4ª série completa. A queda é mais intensiva para mulheres analfabetas (-8,88%).

Já a partir da 8ª séries incompleta há aumento na demanda por todos os níveis de instrução com particularidades em relação a gênero.

As categorias de assalariados com 2º grau completo e com superior incompleto foram as que apresentaram as maiores taxas de crescimento (+13,7% e +10,18%, respectivamente). A maior expansão em termos absolutos se deu para 2º grau completo (+1.193 mil postos de trabalho), mais de 64% de todos os empregos gerados no ano. Importa ainda destacar que o número de empregos líquidos criados para as mulheres foi bastante inferior ao verificado para o sexo masculino em todos os graus de instrução. A única exceção é observada na categoria superior completo, na qual as vagas abertas foram ocupadas prioritariamente por mulheres (83% desses novos postos de trabalho)

Tabela 01: Estoque de Empregos Formais segundo Faixa Etária Brasil – 2003 e 2008.

Faixa Etária	2003	2004	Var. Abs	Var.Rel(%)
De 16 a 17 anos	266.515	300.265	337.500	13
De 18 a 24 anos	5.474.595	5.827.864	353.269	6,45
De 25 a 29 anos	4.986.631	5.366.203	379.572	7,61
De 30 a 39 anos	8.870.402	9.280.447	410.045	4,62
De 40 a 49 anos	6.516.262	6.928.187	411.925	6,32
De 50 a 64 anos	3.197.382	3.460.560	263.178	8,23
65 anos ou mais	216.166	225.142	8.976	4,15
Ignorado	16.974	18.908	1.934	11,39
Total	29.544.927	31.407.576	1.862.649	6,30

Fonte RAIS - DEC. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/TEM

A tabela 01 mostra o estoque de emprego formal dividida pelas faixas etárias da população. Observa-se que em todas as faixas etárias ocorreu expansão no número de vagas criadas. Em valores absolutos o destaque coube a faixa de 40 a 49 que gerou o maior número de empregos líquidos, já em termos relativos a maior elevação ocorreu para a faixa etária de 16 a 17 anos (12,66%).

**Tabela 02: Estoque de Empregos Formais Segundo Tamanho do Estabelecimento
Brasil 2003 e 2004.**

Tamanho do Estabelecimento	2003	2004	Var.Abs	Var.Rel (%)
Até 4 vínculos ativos	2.770.960	2.880.068	109.108	3,94
De 5 a 9 vínculos ativos	2.500.417	2.646.170	145.753	5,83
De 10 a 19 vínculos ativos	2.724.112	2.897.479	173.367	6,36
De 20 a 49 vínculos ativos	3.350.639	3.580.800	230.161	6,87
De 50 a 99 vínculos ativos	2.366.995	2.554.937	187.942	7,94
De 100 a 249 vínculos ativos	3.195.400	3.365.213	169.813	5,31
De 250 a 499 vínculos ativos	2.653.270	2.815.281	162.011	6,11
De 500 a 999 vínculos ativos	2.547.905	2.700.971	153.066	6,01
1000 ou mais vinculos ativos	7.435.229	7.966.657	531.428	7,15
Total	29.544.927	31.407.576	1.862.649	6,30
Fonte RAIS - DEC. 76.900/75				
Elaboração: CGET/DES/SPPE/TEM				

De acordo com os dados da tabela 02, em relação aos estabelecimentos ocorreu crescimento de emprego em todas as faixas. Em termos relativos, os melhores resultados couberam àqueles estabelecimentos que tinham entre 50 e 99 vínculos empregatícios ativos (+7,94% ou 187,9 mil postos). Os estabelecimentos com mais de 1.000 empregos apresentaram o melhor desempenho em números absolutos (+531,4 mil vagas ou +7,15%). O menor dinamismo do emprego ocorreu nos estabelecimentos que tinham até 4 vínculos ativos (+3,94% ou +109,1 mil novos empregos).

2005 e 2006

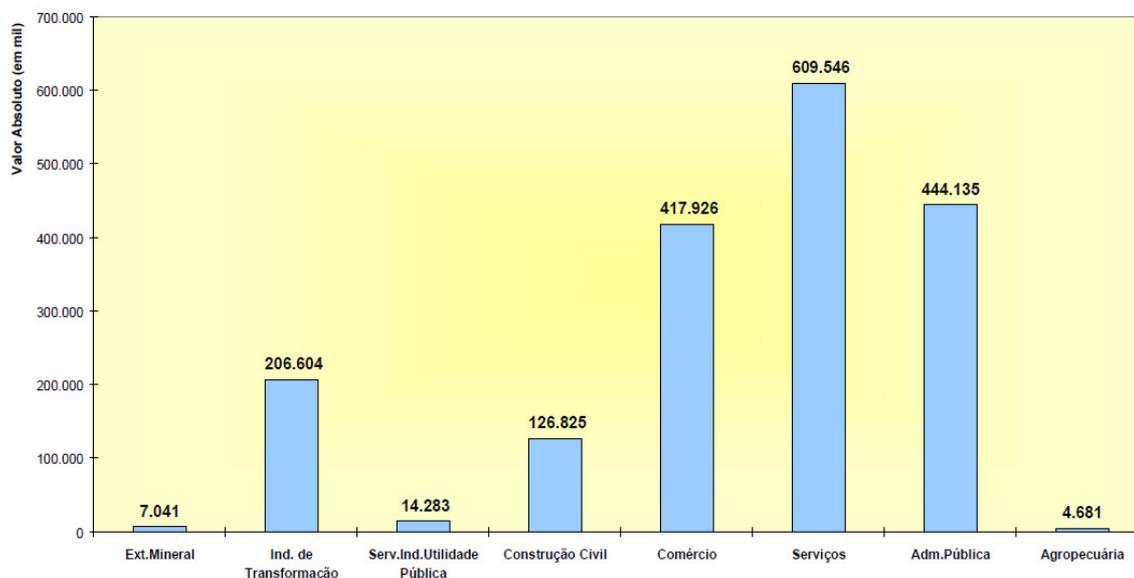
O ano de 2005 manteve a tendência de expansão do Produto Interno Bruto que ficou na ordem de 2,28% e também de massa salarial, entretanto com resultado inferior ao obtido no ano anterior (4,94%).

O número de vínculos empregatícios no segmento formal do mercado de trabalho aumentou 1,831 milhão, o que representou um crescimento de 5,83% em relação ao estoque de 31,4 milhões em dezembro de 2004. Esse resultado provém da declaração de 2.724 milhões de estabelecimentos com vínculos empregatícios que em relação ao ano anterior indica uma elevação de 3,73%.

O emprego formal celetista apresentou uma elevação de 5,97%, equivalente à geração de 1,474 milhão de postos de trabalho, o que confirma a geração de empregos divulgada pelo CAGED (1,254 milhão de postos de trabalho com carteira ou + 5,09%). Com relação aos estatutários, verificou-se um aumento de 357 mil empregos representando uma expansão de 5,32%.

Os setores que mais contribuíram para a geração de empregos formais foram Serviços (+609,5 mil empregos ou +6,16%), a Administração Pública (+444,1 mil empregos ou 6,26%), o Comércio (+417,9 mil empregos ou 7,48%) e a indústria da Transformação (+206,6 mil empregos ou +349%). Em termos de crescimento relativo, o melhor desempenho foi da Construção Civil (+11,34% ou +126,8 mil postos de trabalho). O pior desempenho fica a cargo do setor agrícola com +4,7 mil empregos ou +0,36%.

Gráfico 05: Variação Absoluta do Emprego Formal, segundo os setores de atividade econômica – Brasil 2005



Fonte: RAIS / TEM

Dados segundo Grau de Instrução e Gênero

Realizando uma análise por corte por gênero foi possível perceber um declínio na demanda por mão de obra com qualificação inferior a 8ª série incompleta, principalmente para a classe de trabalhadores do sexo masculino analfabeto (-7,41%). Já para os trabalhadores com escolaridade superior a 8ª série, isto é ensino médio completo, superior completo e incompleto apresentaram aumento de demanda.

No que tange ao gênero os postos de trabalho com exigência de escolaridade superior completo foram ocupados predominantemente pelas mulheres, enquanto que para os homens isso ocorreu nos que exigiam ensino médio completo.

Em 2005 há destaque para a crescente participação de pessoas maduras no mercado de trabalho. Com relação à faixa etária, observa-se elevação do emprego em todas as categorias. O aumento mais expressivo, em termos relativos, ocorreu para a faixa etária de 50 a 64 anos (+9,76), seguido da faixa etária de 65 ou mais (8,17%). Em termos absolutos, o maior número de empregos foi gerado na faixa etária de 40 a 49 anos (+456,1 mil novas ocupações). Observando que os aumentos percentuais das faixas etárias de 16 a 17 anos (+4,68%) e de 18 e 24 anos (+4,30%), situaram-se abaixo da média total que nesse ano foi de +5,83%, diferente do que aconteceu em 2004, quando as taxas de crescimento para essas faixas etárias foram de +12,66% e 6,45%

respectivamente, com a taxa média total de 2004 de 6,30%.

Quanto aos estabelecimentos os que mais geraram vagas foram aqueles com mais de 1000 vínculos ativos (+7,94% ou +632,8 mil empregos, melhor desempenho em números absolutos). Destaque também para os de 500 a 999 vínculos ativos.

No ano de 2006 foram gerados 1,917 milhão de empregos formais segundo declaração de cerca de 2.834 milhões de estabelecimentos com vínculos empregatícios, um crescimento de 4% no número de estabelecimentos declarantes em relação ano anterior. Do total de empregos criados 1,535 foram com carteira assinada (+5,87%) o que confirma a tendência captada tanto pelo CAGED, no que se refere aos empregos celetistas (+1,228 milhões de empregos ou +4,72%), como pela PNAD (+1,265 milhão de empregos CLT ou 4,67%).

A RAIS 2006 mostra uma expansão generalizada do nível de emprego em todos os setores de atividade econômica, com ênfase em termos absolutos para os setores de Serviços (+719,1 mil empregos ou +6,84%), a Indústria da Transformação (+461,3 mil empregos ou +7,52%) e o Comércio (+325,2 mil empregos ou 5,41%).

A seguir encontramos a Tabela 03 que resume o que aconteceu em relação a demanda por trabalho em relação ao Nível acompanhado pela divisão por gênero.

Tabela 03: Número de Empregos Formais com Variação Relativa Segundo Gênero e Grau de Instrução – Brasil 2005 e 2006

Grau de Instrução	2005			2006			Variação Relativa		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Analfabeto	208.757	47.284	256.041	203.255	47.435	250.690	-2,64	0,32	-2,09
4ª Série Incompleta do Ensino Fundamental	1.257.580	364.532	1.622.112	1.227.317	354.671	1.581.988	-2,41	-2,71	-2,47
4ª Série Completa do Ensino Fundamental	1.713.116	607.067	2.320.183	1.660.019	585.022	2.245.041	-3,10	-3,63	-3,24
8ª Série Incompleta do Ensino Fundamental	2.492.995	968.122	3.461.117	2.503.134	946.666	3.449.800	0,41	-2,22	-0,33
8ª Série Completa do Ensino Fundamental	3.583.499	1.622.708	5.206.207	3.699.736	1.719.284	5.419.020	3,24	5,95	4,09
Ensino Médio Incompleto	1.877.305	1.000.334	2.877.639	1.974.296	1.054.645	3.028.941	5,17	5,43	5,26
Ensino Médio Completo	5.924.415	5.189.016	11.113.431	6.679.517	5.733.776	12.413.293	12,75	10,5	11,7
Superior Incompleto	642.168	711.390	1.353.558	712.623	787.247	1.499.870	10,97	10,66	10,81
Superior Completo	2.132.276	2.896.053	5.028.329	2.205.648	3.060.958	5.266.606	3,44	5,69	4,74
Total	19.832.111	13.406.506	33.238.617	20.865.545	14.289.704	35.155.249	5,21	6,59	5,77

Fonte: RAIS/TEM

Elaboração: CGET/DES/SPPE/TEM

Observando a tabela acima é possível perceber que os extratos com menor escolaridade (até Ensino Fundamental incompleto) foram os que mostraram pior desempenho, para ambos os sexos, atingindo em maior escala os trabalhadores com escolaridade de 4ª série completa (-3,24), pior em termos relativos para as mulheres (-3,63%), e em absoluto para os homens (-3,10%).

Já os níveis de escolaridade Ensino Médio Completo e Superior Incompleto apresentaram crescimento, +11,7% e 10,81% respectivamente para ambos os gêneros. Em termos absolutos, a maior geração de empregos ocorreu no grau de instrução Ensino Médio Completo, tanto para homens quanto para mulheres.

Com relação à faixa etária o ano de 2006 apresentou declínio no estoque de empregos para a faixa etária de 16 a 17 anos, entretanto as demais faixas etárias apresentaram elevação no contingente de trabalhadores formais E mais uma vez se segue destaque de geração de empregos para faixa etária de 50 a 64 anos.

Tabela 04: Número de empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa, segundo Faixa Etária Brasil – 2005 e 2006.

Faixa Etária	2005	2006	Var. Abs	Var.Rel(%)
De 16 a 17 anos	314.314	307.808	- 6.506	- 2,07
De 18 a 24 anos	6.078.711	6.265.835	187.124	3,08
De 25 a 29 anos	5.720.014	6.156.466	436.452	7,63
De 30 a 39 anos	9.679.275	10.161.965	482.690	4,99
De 40 a 49 anos	7.384.324	7.817.748	433.424	5,87
De 50 a 64 anos	3.798.220	4.169.286	371.066	9,77
65 anos ou mais	243.537	258.397	14.860	6,10
Total *	33.218.395	35.137.505	1.862.649	5,77
Fonte RAIS - DEC. 76.900/75				
Elaboração: CGET/DES/SPPE/TEM				
* No Total não estão inclusos os ignorados				

No ano de 2006 os estabelecimentos de todos os tamanhos apresentaram expansão na geração de postos de trabalho. Os estabelecimentos que mais se destacaram foram os com mais de 1000 vínculos ativos (+7,13% ou +613,3 mil postos de trabalho melhor desempenho entre os estabelecimentos tanto em termos relativos quanto absolutos. Já em segundo lugar ficam os estabelecimentos que tinham entre 500 a 999 empregos (+6,42% ou +185,8 mil postos).

2007 e 2008

A tabela 05 traz a geração total de empregos para cada respectivo ano, incluindo celetistas e estatutários, iniciando a série a partir de 1985. Entre os anos de 1990 a 1992 a geração de postos de trabalho apresenta taxas negativas de crescimento. Tal fenômeno pode estar associado ao fraco desempenho econômico da década de 80, que abrangeu períodos de hiperinflação no Brasil. A partir do ano de 1999(ano de adoção do regime de câmbio flutuante no Brasil) para o ano 2000 observa-se um grande passo na geração de emprego, e a partir daí as taxas apresentam tendência de crescimento contínuo ao longo do período. Tal resultado pode ser interpretado como consequência da política econômica com caráter mais expansionista assumida pelo governo Lula, assim como também reflexos de um equilíbrio econômico fiscal e monetário introduzido pelo plano real em 1994.

Cabe destacar o desempenho na variação relativa na geração de empregos no ano de 2008. A geração continua em expansão, grande parte sustentada pela demanda interna do país, entretanto a crise mundial tem fortes efeitos sobre a estatística do dado ano, puxada principalmente pela queda de geração de trabalho na Indústria da Transformação, o setor mais afetado pelos efeitos negativos da crise no Brasil.

Tabela 05: Número de empregos em 31/12/2008, variação absoluta e relativa Brasil – Total das Atividades.

Ano	Nº Empregos	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
1985	20.492.131	-	-
1986	20.164.306	1.672.175	8,16
1987	22.617.787	453.481	2,05
1988	23.661.579	1.043.792	4,61
1989	24.486.568	824.989	3,49
1990	23.198.656	-1.287.912	-5,26
1991	23.010.793	-187.863	-0,81
1992	22.272.843	-737.950	-3,21
1993	23.165.027	892.184	4,01
1994	23.667.241	502.214	2,17
1995	23.755.736	88.495	0,37
1996	23.080.312	74.576	0,31
1997	24.104.428	274.116	1,15
1998	24.491.635	387.207	1,61
1999	24.993.265	501.630	2,05
2000	26.228.629	1.235.364	4,94
2001	27.189.614	960.985	3,66
2002	28.683.913	1.494.299	5,50
2003	29.544.927	861.014	3,00
2004	31.407.576	1.862.649	6,30
2005	33.238.617	1.831.041	5,83
2006	35.155.249	1.916.632	5,77
2007	37.607.430	2.452.181	6,98
2008	39.441.566	1.834.136	4,88

Fonte : RAIS/ TEM - Dec.76.900/75
Elaboração: CGET/DES/SPPE/TEM

De acordo com a RAIS, foram gerados 1,834 milhão de postos de trabalho em 2008, ante 2,452 milhões de postos de trabalho no ano anterior, equivalentes ao crescimento de 4,88% e 6,98%, respectivamente. Ressalta-se que a geração de empregos ocorrida em 2008 foi a quarta mais favorável desde 1985, início da série da RAIS, e formou também o décimo sexto ano consecutivo de crescimento do emprego. Com esse aumento de postos de trabalho formais, o estoque de empregos total atingiu 39,442 milhões, resultante das declarações de 3,085 milhões de estabelecimentos com vínculos empregatícios, o que representou uma elevação de 5,1%, crescimento superior ao observado em 2007 (+3,6%), na mesma comparação. O aumento do emprego de

4,9%, ante à expansão de 5,1% do PIB, traduz uma elasticidade produto do emprego de 0,96 (1,00% de aumento no PIB gera um aumento de 0,96% no emprego formal), que embora tenha mostrado um declínio, quando comparado à elasticidade verificada em 2007, superior à unidade (1,22), indica ainda uma boa sensibilidade ao aquecimento do nível de atividade econômica. Quando se analisam os dados da RAIS por tipo de vínculos (Celetistas versus Estatutários), percebe-se que a dinâmica do mercado de trabalho em 2008 foi proporcionada preponderantemente, pelo comportamento do emprego formal celetista, que apresentou um crescimento de 5,70%, sinalizando uma elasticidade emprego-produto acima da unidade, frente ao aumento mais modesto no contingente de estatutários da ordem de 1,74%. Esse maior dinamismo do emprego formal celetista indica uma queda na participação dos trabalhadores estatutários no mercado formal de 20,8% em 2007 para 20,1% em 2008, fenômeno já identificado em anos anteriores.

Com base nos dados da tabela 05, verificou-se também que a geração de emprego formal no período de 2003 a 2008 girou na ordem de 10,758 milhões. Esse resultado apresenta um crescimento histórico no Brasil em relação a força de trabalho formal, o que gera resultados líquidos não somente na área econômica como também social. Já que se tornar um trabalhador formal traz garantias aos trabalhadores como ser amparado legalmente, melhores salários e outros benefícios.

Em termos absolutos, os setores que mais geraram empregos em 2008 foram: Serviços (+645,6 mil empregos ou +5,41%), Comércio (+483,2 mil empregos ou +7,06%), Indústria de Transformação (228,7 mil postos ou +3,23%) e Construção Civil (296,6 mil ou +18,33%). Com relação ao bom desempenho relativo da Construção Civil, que obteve a maior taxa de crescimento dentre todos os setores e subsetores, deve-se ressaltar que esse comportamento está atrelado a medidas adotadas pelo governo de estímulo ao setor, como a elevação das operações de crédito direcionadas à habitação e às obras públicas. Em termos relativos, deve ser destacado também o setor da Extrativa Mineral, que apresentou um aumento de 10,51% (+19,5 mil postos). Observando a tabela 06 temos um panorama da geração de empregos por setores para os anos de 2007 e 2008.

Tabela 06: Número de Empregos em 31/12/08, Variação absoluta e relativa Brasil – Setores de Atividade Econômica.

Setor de Atividade	2007	2008	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Extrativa mineral	185.444	204.936	19.492	10,51
Indústria de transformacao	7.082.167	7.310.840	228.673	3,23
Servicos industr de utilidade publica	364.667	375.370	10.703	2,94
Construção civil	1.617.989	1.914.596	296.607	18,33
Comércio	6.840.915	7.324.108	483.193	7,06
Serviços	11.935.782	12.581.417	645.635	5,41
Administracao pública	8.198.396	8.310.136	111.740	1,36
Agropecuaria, extr vegetal, caca e pesca	1.382.070	1.420.100	38.030	2,75
Total	37.607.430	39.441.566	1.834.136	4,88

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

3.2– Evolução do Mercado de Trabalho segundo Perfil do Trabalhador

3.2.1 – População em Idade Ativa

Este capítulo retrata a situação da população em Idade Ativa no Brasil compreendendo o total das seis regiões metropolitanas que segundo a PME em 2008 era composta por cerca de 41,3 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade. Tal resultado representa um crescimento de 2,0 % em relação a 2007 e de 10,7 % em relação a 2003. A tabela 02 mostra em termos absolutos a evolução da PIA para o período de 2003 a 2008.

Tabela 07 – População em idade ativa, segundo as regiões metropolitanas (em 1000 pessoas)*

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	37.298	2.845	2.686	3.831	9.642	15.143	3.151
2004	38.059	2.912	2.753	3.931	9.780	15.466	3.217
2005	38.869	2.974	2.817	4.034	9.964	15.805	3.276
2006	39.622	3.009	2.867	4.127	10.106	16.172	3.342
2007	40.468	3.074	2.948	4.230	10.301	16.508	3.406
2008	41.270	3.152	3.009	4.344	10.438	16.860	3.468

* Média das estimativas mensais.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal do Emprego.

A tabela 08 e a tabela 09 trazem informações acerca da distribuição da população ativa segundo sexo e idade. Segundo a Pesquisa Mensal do Emprego, a população feminina representou a maioria das pessoas com 10 anos ou mais de idade ao longo do período analisado, o comportamento foi semelhante ano a ano, tanto para o total das seis regiões como para cada uma delas individualmente.

Tabela 08– População em idade ativa, por regiões metropolitanas, segundo o sexo (em 1000 pessoas)* * Média das estimativas mensais. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PME.

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homem							
2003	17.486	1.323	1.241	1.799	4.477	7.158	1.488
2004	17.818	1.349	1.277	1.854	4.554	7.276	1.508
2005	18.127	1.366	1.306	1.893	4.615	7.412	1.534
2006	18.498	1.376	1.322	1.931	4.668	7.639	1.563
2007	18.863	1.401	1.348	1.969	4.754	7.799	1.591
2008	19.167	1.433	1.366	2.020	4.797	7.931	1.621
Mulher							
2003	19.812	1.522	1.445	2.032	5.165	7.985	1.664
2004	20.241	1.564	1.476	2.076	5.226	8.190	1.709
2005	20.743	1.609	1.511	2.140	5.349	8.393	1.742
2006	21.125	1.633	1.545	2.196	5.438	8.533	1.779
2007	21.605	1.673	1.601	2.262	5.546	8.709	1.815
2008	22.104	1.720	1.643	2.324	5.641	8.929	1.847

No ano de 2008 a participação da população com 50 anos ou mais manteve-se em trajetória de crescimento, já as outras faixas apresentaram queda ou estabilidade. A região metropolitana do Recife entre 2007 e 2008 foi a que apresentou maior aumento na participação de pessoas com 50 anos ou mais de idade. O Rio de Janeiro também se destaca nessa estatística revelando-se o Estado com maior percentual de pessoas nessa faixa etária (31,8%), fato comumente observado em quase toda a série.

Em 2008, foram estimados cerca de 11,3 milhões de pessoas com 50 anos ou mais, contingente 5,4% superior ao de 2007 e 30,1% superior ao de 2003. Entre 2007 e 2008, a população de 10 a 14 e 25 a 49 anos de idade também cresceu (1,0% e 1,5%, respectivamente) e o contingente de 15 a 17 e 18 a 24 anos caiu (- 0,9% cada).

Tabela 09 – Distribuição da População em Idade Ativa, por regiões metropolitanas, segundo a idade (em %). Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PME.

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
10 a 14 anos							
2003	9,7	10,4	9,3	10,4	8,9	10,0	10,3
2004	9,5	10,2	9,5	10,1	8,9	9,6	9,9
2005	9,2	9,9	9,2	9,7	8,8	9,2	9,7
2006	9,4	10,2	9,4	9,9	8,9	9,5	9,6
2007	9,4	10,0	9,0	9,8	8,9	9,5	9,8
2008	9,3	9,2	9,3	9,6	9,0	9,4	9,5
15 a 17 anos							
2003	6,4	7,0	7,3	6,7	5,5	6,6	6,3
2004	6,2	6,9	6,9	6,7	5,4	6,4	6,2
2005	6,1	6,6	6,6	6,6	5,4	6,1	6,0
2006	5,9	6,5	6,1	6,3	5,4	5,9	6,1
2007	5,7	6,0	5,8	6,0	5,3	5,7	6,0
2008	5,5	5,9	5,7	5,8	5,2	5,5	5,8
18 a 24 anos							
2003	15,7	16,6	18,6	17,0	14,0	15,8	15,0
2004	15,4	16,5	18,4	16,8	13,7	15,4	14,7
2005	14,9	16,1	18,4	16,0	13,2	15,1	14,6
2006	14,6	15,5	17,5	15,7	12,9	14,8	14,1
2007	14,2	15,1	16,5	15,5	12,7	14,2	13,8
2008	13,8	14,4	15,6	14,9	12,3	14,0	13,6
25 a 49 anos							
2003	44,9	44,4	46,4	44,7	43,4	46,0	43,8
2004	44,6	43,8	46,2	44,4	43,2	45,8	43,3
2005	44,6	44,5	45,9	44,8	42,9	45,8	43,5
2006	44,4	44,3	46,3	44,8	42,7	45,4	43,4
2007	44,2	44,2	46,6	44,4	42,1	45,3	43,2
2008	44,0	44,3	46,6	44,4	41,7	45,0	43,5
50 anos ou mais							
2003	23,3	21,6	18,5	21,3	28,3	21,6	24,6
2004	24,3	22,7	19,1	22,1	28,9	22,8	25,9
2005	25,2	22,9	20,0	23,0	29,8	23,9	26,4
2006	25,7	23,6	20,6	23,5	30,1	24,5	26,8
2007	26,5	24,8	22,1	24,4	31,0	25,3	27,3
2008	27,4	26,1	22,8	25,3	31,8	26,2	27,6

Em relação aos dados sobre a escolarização dos trabalhadores, observou-se que houve um aumento contínuo, isto é, o aumento da escolarização foi verificado em todas as seis regiões metropolitanas pesquisadas. Entre 2003 e 2008, a participação das pessoas com menos de 8 anos de estudo apresentou queda, passando de 46,2 % para cerca de 40,2 %. Já para os trabalhadores com 8 a 10 anos de estudo a participação reduziu de 19,4 % para 18,3 %. Em sentido oposto, a população com 11 anos ou mais de estudo aumentou de 34,4 % para 41,5%, e as regiões metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo são as que apresentam maiores percentuais nesse nível.

Com relação ao contingente de pessoas em idade ativa com nível superior, foi registrado aumento expressivo em relação a 2007 (7,7%). Cabe destacar que este aumento foi superior ao verificado nas demais faixas de anos de estudo. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte o aumento em relação a 2003 chegou a mais de 50%

Segundo a Pesquisa, em 2008, foi a primeira vez que o percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo (41,5%) superou o de pessoas com menos de 8 anos de estudo (40,2%), embora seja este um percentual ainda elevado.

Tabela 10 – População em Idade Ativa, por regiões metropolitanas, segundo grupo de anos de estudo (em 1000 pessoas)*

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
<i>Sem instrução ou com menos de 8 anos de estudo</i>							
2003	17.238	1.457	1.198	1.882	4.311	6.852	1.538
2004	17.119	1.442	1.184	1.884	4.272	6.809	1.527
2005	16.987	1.423	1.187	1.873	4.261	6.734	1.508
2006	16.961	1.428	1.165	1.849	4.240	6.767	1.511
2007	16.804	1.400	1.146	1.848	4.196	6.704	1.510
2008	16.586	1.386	1.158	1.844	4.072	6.620	1.506
<i>8 a 10 anos de estudo</i>							
2003	7.244	484	537	734	1.904	2.991	594
2004	7.290	497	536	741	1.909	2.992	614
2005	7.420	511	537	772	1.949	3.017	633
2006	7.400	510	542	784	1.944	2.972	647
2007	7.477	522	551	791	1.953	3.001	659
2008	7.553	547	553	808	1.956	3.033	655
<i>11 anos ou mais de estudo</i>							
2003	12.816	904	950	1.216	3.427	5.300	1.019
2004	13.650	973	1.032	1.305	3.599	5.664	1.076
2005	14.462	1.041	1.093	1.388	3.753	6.053	1.134
2006	15.261	1.071	1.160	1.493	3.922	6.432	1.184
2007	16.188	1.151	1.251	1.591	4.153	6.804	1.237
2008	17.131	1.219	1.298	1.692	4.409	7.206	1.306

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal do Emprego.

Em relação à condição de atividade, no agregado das seis regiões metropolitanas, em 2008, 57,0% das pessoas com 10 anos ou mais de idade eram economicamente ativas. A proporção de pessoas que encontravam-se ocupadas, estimada em 52,5%, foi maior que as observadas em 2007 (51,6%) e em 2003 (50,1%). A participação de pessoas desocupadas no total de pessoas com 10 anos ou mais de idade reduziu de 7,0%, em 2003, para 5,3%, em 2007, e para 4,5% em 2008.

Regionalmente, houve algumas diferenças no comportamento da população de 10 anos ou mais em relação à condição na atividade, contudo, em todas foi observada queda da proporção de pessoas desocupadas em relação a 2007 e a 2003.

A Região Metropolitana de São Paulo apresentou comportamento similar ao agregado das seis regiões, estabilidade da proporção de pessoas economicamente ativas (59,8% em 2003 e 60,1% em 2008), com elevação da proporção da população ocupada (de 51,4% para 55,1%) e queda da desocupada (de 8,4% para 5,1%).

A Região Metropolitana do Recife, além de apresentar o menor percentual de ocupados (42,9%), foi a única a registrar queda em relação a 2003 (44,2%). A proporção de desocupados também reduziu (de 7,1% em 2003 para 5,9% em 2007 e, posteriormente, para 4,4% em 2008). O resultado foi a queda da taxa de atividade, proporção de pessoas economicamente ativas no total de pessoas com 10 anos ou mais de idade, de 51,3% para 47,3% no período de 2003 a 2008.

As regiões metropolitanas de Salvador e Rio de Janeiro mostraram movimentação similar na comparação com 2003. Nestas regiões, o aumento na proporção de ocupados não foi suficiente para compensar a queda na proporção de desocupados e resultou em queda da taxa de atividade: em Salvador a queda foi de 57,6% em 2003 para 56,8% em 2008 e, no Rio de Janeiro, de 54,8% para 54,0% no mesmo período.

Nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre, a redução na proporção de desocupados no período de 2003 a 2008 não implicou em redução da taxa de atividade.

Tabela 11 – Distribuição da população em idade ativa, por regiões metropolitanas, segundo a condição de atividade (em %)*

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Economicamente ativa							
2003	57,1	51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7
2004	57,1	49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,2
2005	56,6	49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3
2006	56,8	51,2	57,6	58,2	54,1	59,2	56,6
2007	56,9	49,0	59,0	58,7	53,5	59,7	56,5
2008	57,0	47,3	56,8	59,1	54,0	60,1	57,5
Ocupados							
2003	50,1	44,2	48,0	50,2	49,7	51,4	51,4
2004	50,6	43,5	48,5	51,2	50,1	52,4	51,4
2005	51,0	43,1	49,4	51,4	49,8	53,2	52,1
2006	51,2	43,8	49,7	53,2	49,9	53,0	52,0
2007	51,6	43,1	50,9	54,3	49,7	53,7	52,4
2008	52,5	42,9	50,2	55,3	50,3	55,1	54,1
Desocupados							
2003	7,0	7,1	9,6	6,1	5,0	8,4	5,4
2004	6,6	6,3	9,3	6,1	5,0	7,6	4,9
2005	5,6	6,6	9,1	5,0	4,2	6,1	4,2
2006	5,7	7,5	7,9	5,0	4,3	6,2	4,5
2007	5,3	5,9	8,1	4,5	3,8	6,0	4,1
2008	4,5	4,4	6,5	3,8	3,7	5,1	3,4
População não economicamente ativa							
2003	42,9	48,7	42,4	43,7	45,3	40,2	43,3
2004	42,8	50,2	42,2	42,8	45,0	40,1	43,7
2005	43,4	50,3	41,5	43,6	46,0	40,7	43,7
2006	43,2	48,8	42,4	41,9	45,9	40,8	43,4
2007	43,1	51,0	41,0	41,3	46,5	40,3	43,5
2008	43,0	52,7	43,2	40,9	46,1	39,9	42,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal do Emprego.

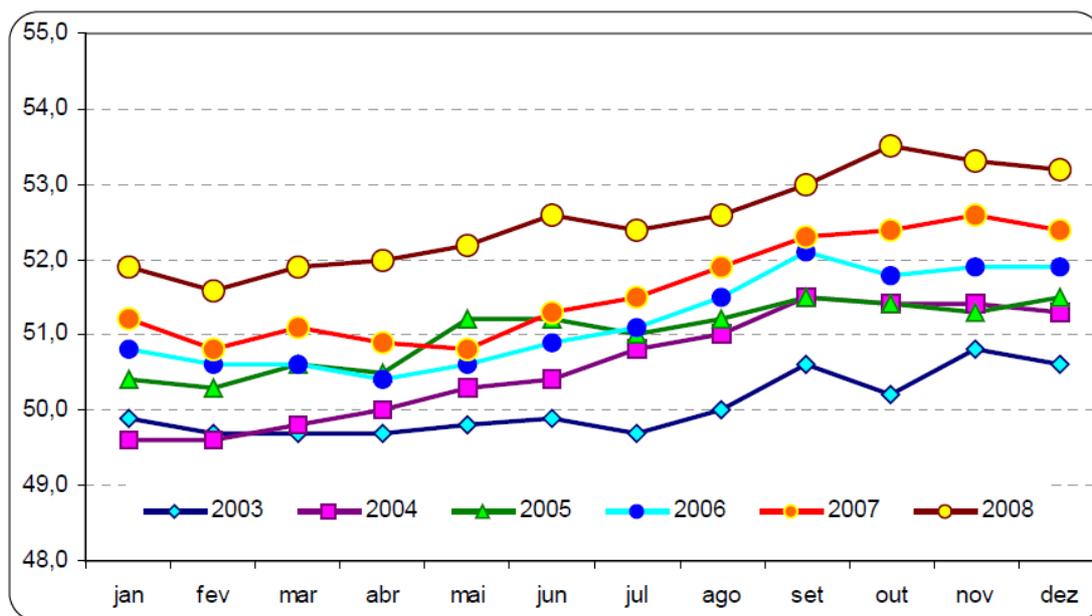
As informações trazidas pela PIA remetem que há uma expansão da mesma, acompanhada pelo crescimento principalmente da força feminina no mercado de trabalho. Outro ponto em destaque foi a evolução do número de pessoas na PIA com 50 ou mais de idade. Em relação à escolaridade também se observa uma expansão da mesma, com destaque para maior nível de participação de pessoas com nível de instrução superior, nível este que apresentou considerável crescimento.

De uma forma geral encontramos um aumento da população ocupada, acompanhada de um decréscimo na desocupada, assim como um decréscimo considerável na população não economicamente ativa. Estes resultados são muito importantes, já que eles refletem de forma sucinta toda a dinâmica do mercado de trabalho no período em análise.

3.2.2 - População Ocupada

Segundo a Pesquisa Mensal do Emprego o período de 2003 a 2008 foi acompanhado de grande movimento de crescimento na composição da população ocupada. O gráfico 02 remonta o comportamento da população ocupada entre os anos de 2003 e 2008. O ano de 2004 apresenta uma ligeira queda na proporção de pessoas ocupadas no mês de fevereiro se comparado com o mesmo período de 2003, entretanto a partir de março do mesmo ano há uma recuperação e para os anos seguintes a ocupação se comporta de maneira crescente e contínua.

Gráfico 06 – Nível da ocupação para o total das seis regiões metropolitanas de 2003 a 2008 (em %)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal do Emprego

A evolução da ocupação ocorreu de forma diferenciada entre os sexos em todo o período de 2003 a 2008. Os dados apontam para um crescimento maior na ocupação para as mulheres em todas as Regiões Metropolitanas. Observando a [tabela 12](#) verifica-se que a participação feminina dentre os ocupados passou de 43,0% em 2003 para 44,7% em 2008. Embora os homens sejam maioria entre os ocupados, cabe destacar que na comparação de 2008 contra 2003, a variação da população ocupada foi de 12,7% para os homens e 20,6% para as mulheres.

Tabela 12- Distribuição da População Ocupada, por regiões metropolitanas, segundo o sexo (em %)*

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homem							
2003	57,0	57,7	54,9	55,5	57,8	57,1	56,9
2004	56,6	57,4	55,0	55,5	57,4	56,5	56,3
2005	56,3	57,1	54,5	55,2	57,3	56,3	55,5
2006	56,0	56,6	53,4	55,0	56,7	56,3	55,0
2007	55,7	56,4	53,0	54,4	56,6	56,0	54,7
2008	55,4	56,7	53,5	54,0	56,4	55,3	54,6
Mulher							
2003	43,0	42,3	45,1	44,5	42,2	42,9	43,1
2004	43,4	42,6	45,0	44,5	42,6	43,5	43,7
2005	43,8	42,9	45,5	44,8	42,7	43,7	44,5
2006	44,0	43,4	46,7	45,0	43,3	43,7	45,0
2007	44,4	43,6	47,0	45,6	43,4	44,0	45,3
2008	44,7	43,3	46,5	46,0	43,6	44,7	45,4

* Média das estimativas mensais.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal do Emprego

A leitura da tabela 13 indica que a proporção de pessoas ocupadas sem instrução ou com menos de 8 anos é a maior dentre todos os níveis de qualificação. Contudo, é possível perceber que ao longo dos anos há uma tendência de queda na composição desse grupo, enquanto que no grupo de pessoas ocupadas com 11 anos ou mais o caminho é inverso, ou seja, percebe-se uma tendência de crescimento. Tal informação vai ao encontro do que já pode ser observado com os dados da RAIS, ou seja, que há um aumento na demanda por pessoas mais qualificadas no mercado de trabalho.

No que tange à participação da população com nível superior, observou-se o seu crescimento em relação à população ocupada total atingindo 16,3% em 2008, porcentagem maior do que em 2003, 13,8%. O Rio de Janeiro se destaca com um crescimento nesta participação de 3,7 pontos percentuais. A Região Metropolitana de Salvador é a que detém a menor participação de população ocupada com nível superior (12,2%). A tabela a seguir sintetiza a evolução dessa participação.

Tabela 13- Nível de Ocupação, por regiões metropolitanas, os grupos de anos de estudo (em %) *.

* Média das estimativas mensais.

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Sem instrução ou com menos de 8 anos de estudo							
2003	46,2	51,2	44,6	49,1	44,7	45,2	48,8
2004	45,0	49,5	43,0	47,9	43,7	44,0	47,5
2005	43,7	47,8	42,2	46,4	42,8	42,6	46,0
2006	42,8	47,5	40,6	44,8	42,0	41,9	45,2
2007	41,5	45,6	38,9	43,7	40,7	40,6	44,3
2008	40,2	44,0	38,5	42,5	39,0	39,3	43,4
8 a 10 anos de estudo							
2003	19,4	17,0	20,0	19,2	19,7	19,8	18,9
2004	19,2	17,1	19,5	18,8	19,5	19,3	19,1
2005	19,1	17,2	19,1	19,1	19,6	19,1	19,3
2006	18,7	17,0	18,9	19,0	19,2	18,4	19,4
2007	18,5	17,0	18,7	18,7	19,0	18,2	19,4
2008	18,3	17,3	18,4	18,6	18,7	18,0	18,9
11 anos ou mais de estudo							
2003	34,4	31,8	35,4	31,7	35,5	35,0	32,3
2004	35,9	33,4	37,5	33,2	36,8	36,6	33,4
2005	37,2	35,0	38,8	34,4	37,7	38,3	34,6
2006	38,5	35,6	40,4	36,2	38,8	39,8	35,4
2007	40,0	37,5	42,5	37,6	40,3	41,2	36,3
2008	41,5	38,7	43,2	39,0	42,2	42,8	37,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal do Emprego.

Tabela 14 - Distribuição da população ocupada com nível superior, por Região Metropolitana (em %)

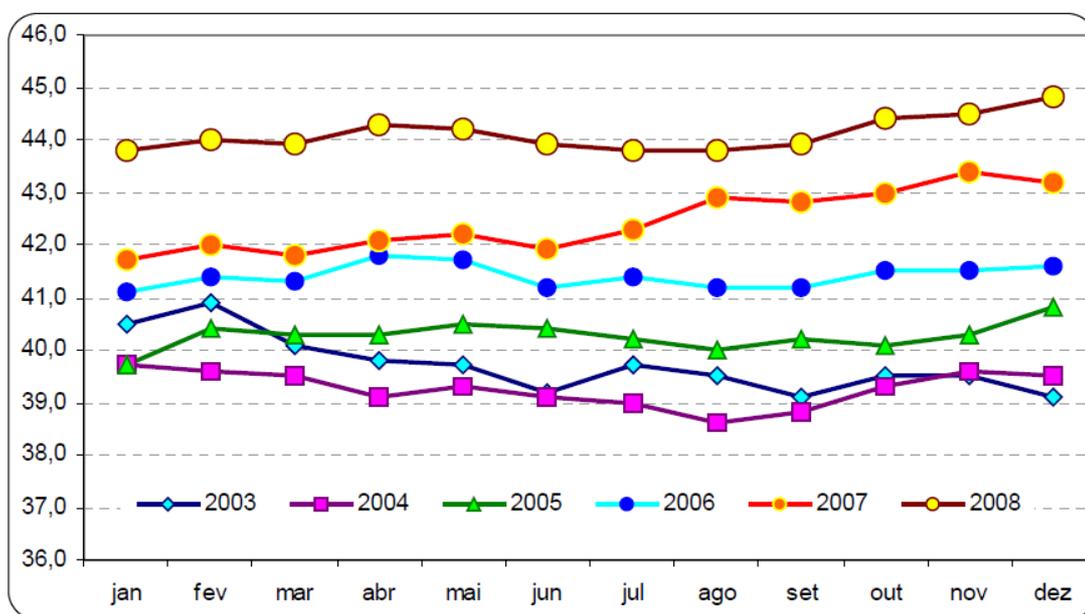
	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	13,8	11,8	10,8	11,3	14,6	15,2	11,6
2004	14,3	12,0	10,8	11,7	15,3	15,7	11,9
2005	14,7	12,6	11,2	12,4	16,3	15,8	12,0
2006	15,1	12,4	11,1	12,9	16,4	16,5	12,1
2007	15,6	12,9	10,9	13,2	17,3	17,0	12,6
2008	16,3	13,1	12,2	13,8	18,3	17,7	13,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal do Emprego.

3.2.3- População Ocupada com carteira assinada no Setor Privado

No período de 2003 a 2008, esta categoria de posição na ocupação também apresentou uma expansão expressiva, com variação de 29,0%, o que corresponde a um acréscimo de 2.147 mil pessoas, ao passo que a população ocupada, no mesmo período, cresceu 16,1%. Em 2008, a média das estimativas mensais para o contingente de empregados com carteira no setor privado situou-se em aproximadamente 9,6 milhões de pessoas no conjunto das seis Regiões Metropolitanas pesquisadas. Entre os anos de 2007 e 2008, este grupo de trabalhadores apresentou crescimento em todas as regiões metropolitanas. No total das seis regiões, o aumento foi de 7,8% contra a variação de 3,8% na população ocupada. A Região Metropolitana de Belo Horizonte registrou elevação de 41,0%; Recife, 32,2%; São Paulo, 32,7%, Salvador, 25,8%; Porto Alegre, 27,6%; e Rio de Janeiro, 17,5%, no mesmo período de comparação.

Gráfico 07: Evolução do percentual de trabalhadores com carteira assinada no setor privado na população ocupada das seis regiões metropolitanas de 2003 a 2008 (em %)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal do Emprego.

A partir da observação do gráfico 07 verifica-se que com clareza a evolução na proporção de empregados com carteira assinada ao longo do período. Comparando a linha correspondente ao ano de 2003 no gráfico, com a de 2008 há um afastamento

significativo.

Em 2008, a participação das mulheres (39,5%) dentre os empregados com carteira de trabalho assinada aumentou 0,9 ponto percentual em relação a 2007(38,6%) e 1,2 ponto percentual em relação a 2003 (38,3%). O perfil etário dos empregados com carteira de trabalho assinada permaneceu estável para quase todas as faixas etárias analisadas: 10 a 14 anos de idade (0,0%); 15 a 17 anos de idade (0,8%); 18 a 24 anos de idade (19,6%); 25 a 49 anos de idade (67,3%) e, 50 anos ou mais de idade (12,2%). Destas faixas de idade, a de 25 a 49 anos de idade diminuiu em 0,7 ponto percentual em relação a 2007 (68,0%) e 0,8 ponto percentual em relação a 2003 (68,1%), e a de 50 anos ou mais de idade aumentou 0,6 e 1,7 ponto percentual em relação a 2007 (11,6%) e 2003 (10,6%), respectivamente.

Tabela 16: Distribuição dos empregados com Carteira Assinada no Setor Privado, por regiões metropolitanas, segundo grupos de anos de estudo (em %).

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Sem instrução ou com menos de 8 anos de estudo							
2003	26,8	27,9	21,8	31,0	25,8	25,7	32,6
2004	25,2	25,2	20,0	29,9	24,0	24,2	30,7
2005	23,4	23,7	19,6	27,2	22,8	22,5	27,5
2006	21,9	22,6	17,6	25,3	22,2	20,5	26,1
2007	20,4	20,6	16,5	24,1	21,0	18,9	24,8
2008	19,2	19,2	16,1	23,0	20,0	17,2	24,1
8 a 10 anos de estudo							
2003	19,8	17,9	19,0	20,6	21,6	18,6	21,8
2004	18,8	16,6	17,2	20,1	21,3	17,2	21,2
2005	18,5	16,1	16,6	20,3	20,6	16,9	21,5
2006	18,0	15,8	16,8	20,7	19,7	16,2	21,3
2007	17,8	15,6	16,2	19,9	19,6	16,1	21,4
2008	17,2	15,2	16,1	20,1	18,1	15,8	21,0
11 anos ou mais de estudo							
2003	53,4	54,2	59,3	48,4	52,6	55,7	45,6
2004	56,0	58,2	62,8	50,0	54,7	58,5	48,1
2005	58,1	60,2	63,8	52,5	56,7	60,6	51,0
2006	60,2	61,6	65,6	54,0	58,2	63,3	52,6
2007	61,8	63,9	67,3	56,0	59,5	65,0	53,8
2008	63,6	65,6	67,9	56,9	61,8	67,0	54,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal do Emprego.

Com relação aos anos de estudo, os resultados revelam que a parcela dos empregados com carteira de trabalho no setor privado com 11 anos ou mais de estudo aumentou 1,8 ponto percentual em relação ao ano anterior e passou de 53,4% em 2003 para 63,6% em 2008 (10,2 pontos percentuais). Por outro lado, entre os menos escolarizados, que não completaram o ensino fundamental (sem instrução ou com menos de 8 anos de estudo), houve redução nesta participação.

3.2 – Evolução do Mercado de Trabalho na ótica do Rendimento

Esse capítulo visa apresentar uma visão geral do comportamento do rendimento do trabalhador durante o período de 2003 a 2008 e a análise se concentrará na remuneração da população ocupada. Em relação às informações vindas dos empregadores há destaques para cortes em relação ao nível de escolaridade e gênero. A seguir as tabelas 17 e 18 sintetizam a variação do rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores entre 2003 e 2008.

Tabela 17: Rendimento médio real habitualmente recebido pela população ocupada, por regiões metropolitanas (em reais)* a preços de dez/08.

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	1132,13	812,92	888,40	998,92	1100,30	1274,55	1093,00
2004	1118,10	792,67	870,22	996,75	1087,56	1254,51	1099,88
2005	1135,53	818,10	886,48	1019,35	1111,04	1270,06	1086,51
2006	1180,83	856,80	934,48	1060,03	1141,41	1334,70	1122,75
2007	1218,79	879,63	958,33	1098,47	1207,59	1358,96	1170,19
2008	1260,24	867,46	1022,58	1149,02	1270,90	1391,06	1199,66

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal do Emprego.

* Média das estimativas mensais.

Tabela 18: Variação da média anual do rendimento médio real habitualmente recebido pela população ocupada, por regiões metropolitanas (em %)

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2004-2003	-1,2	-2,5	-2,0	-0,2	-1,2	-1,6	0,6
2005-2004	1,6	3,2	1,9	2,3	2,2	1,2	-1,2
2006-2005	4,0	4,7	5,4	4,0	2,7	5,1	3,3
2007-2006	3,2	2,7	2,6	3,6	5,8	1,8	4,2
2008-2007	3,4	-1,4	6,7	4,6	5,2	2,4	2,5
2008-2003	11,3	6,7	15,1	15,0	15,5	9,1	9,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal do Emprego

Segundo a PME, em 2003 o poder de compra da população ocupada sofreu perdas sucessivas em todas as regiões metropolitanas em quase todas as categorias de posição na ocupação e grupamentos de atividades. Essa perda tem como razão o crescimento da informalidade a partir de julho daquele ano. A média do rendimento médio real mensal entre os meses de dezembro a março de 2003 para a população ocupada ficou 12,6% menor que a estimada para o mesmo período de 2002.

Os problemas ocorridos em 2003 se refletiram pelo menos até o primeiro semestre de 2004. As perdas, comparando-se com o primeiro semestre de 2003, chegaram a 3,1% (com média do 1º semestre de 2003 em R\$1082,14 e a média do 1º semestre de 2004 em R\$ 1049,10.)A recuperação começou no segundo semestre. Contudo, esta não foi forte o suficiente para compensar as perdas do 1º semestre. Como resultado, no ano de 2004 verificou-se uma média anual ainda menor do que a registrada em 2003(de 2003 para 2004 houve uma perda de 1,2%).

O ano completo de 2004 fechou com rendimento inferior ao ano de 2003, entretanto no último trimestre já era possível observar registros de ganhos no poder de compra do rendimento do trabalho da população ocupada. Esse ano vai marcar o início de uma trajetória de recuperação que vai se estender até 2008.

Em 2005 há uma recuperação de melhores condições no mercado de trabalho. Em comparação a 2004 há aumento de cerca de 1,6% no rendimento médio real mensal da população ocupada. À exceção da Região Metropolitana de Porto Alegre (queda de 1,2% de 2004 para 2005), as demais apresentaram rendimentos superiores aos verificados em 2004.

O ano de 2006, no conjunto das seis regiões metropolitanas abrangidas pela PME, ainda passa pelo processo de recuperação do poder de compra, há um aumento de aproximadamente 4% em relação à média estimada para 2005.

O ano de 2007 apresentou um crescimento de 3,2% em relação a 2006 para a média anual do rendimento médio mensal real da população ocupada, rendimento este que foi estimado em R\$1.218,79. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi a que apresentou maior aumento, chegando a quase 6,0%. Por outro lado, São Paulo foi a região com menor expansão neste indicador (1,8%).

Em 2008, a média anual do rendimento médio mensal real da população ocupada para o agregado das seis regiões foi estimado em R\$ 1.260,24, apresentando-se como o

melhor resultado da série desde 2003, com um crescimento de 3,4% em relação a 2007.

No período de cinco anos (de 2003 para 2008), foi conferido um ganho expressivo no poder de compra do rendimento do trabalho da população ocupada no total das seis regiões pesquisadas (11,3%, cerca de R\$128,11). Todas as regiões metropolitanas apresentaram variações na média anual do rendimento médio real mensal acima de 6,0% neste período. Os destaques foram as regiões metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, onde a recuperação ficou em torno de 15,0%. Fazendo uma rápida comparação entre as regiões que apresentam os maiores rendimentos, São Paulo (média de R\$ 1.391,06 em 2008) e Rio de Janeiro (média de R\$ 1.1270,90 em 2008), observamos que a diferença entre as regiões, que já atingiu 13,5% em 2007, foi reduzida a 9,5% em 2008.

Embora o período de 2003 tenha apresentado recuperação do rendimento da população ocupada, em 2008 o poder de compra do rendimento do trabalho da população ocupada não havia sido retomado aos patamares de 2002. O rendimento médio real, estimado em R\$ 1.271,78 no segundo semestre de 2008, foi 0,6% menor que o auferido para o mesmo período em 2002 (R\$1.278,96). Quando o período de comparação se estende aos meses de março a dezembro de cada ano, observou-se que de 2002 para 2008 foi registrada uma perda de 1,7% (R\$ 1.284,50 em 2002 e R\$ 1.260,24 em 2008).

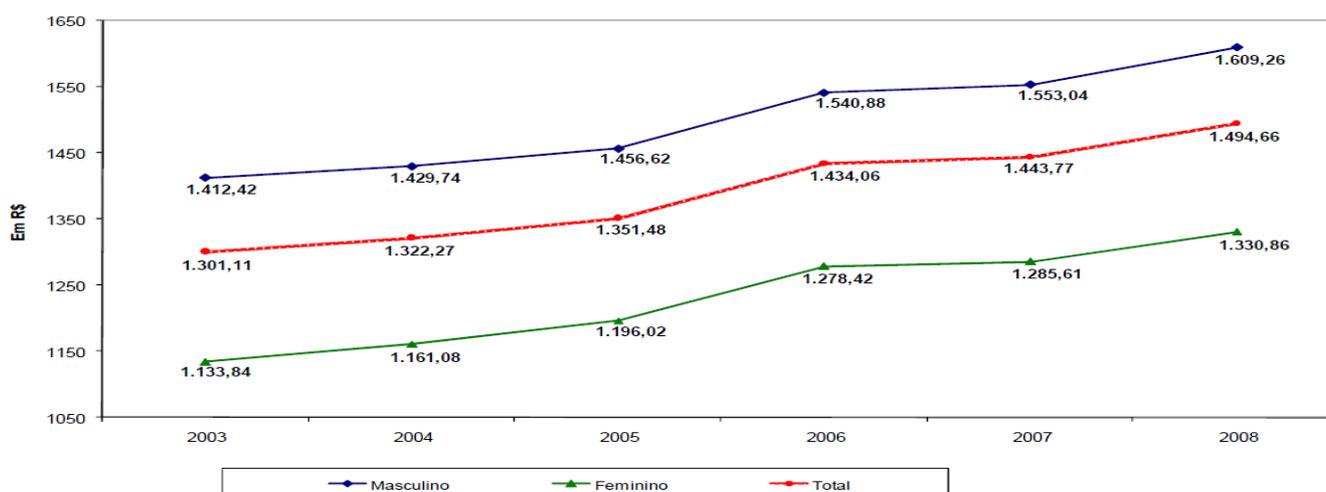
A pesquisa da PME também apontou diferenças de rendimentos entre cor da pele e gênero, destacando que o ano de 2008 as mulheres chegavam a ganhar apenas 71% do rendimento recebido pelos homens, percentual não muito diferente ao observado ao longo da série. O rendimento dos trabalhadores de cor preta ou parda, em cinco anos, teve um acréscimo de 17,7%, enquanto o rendimento dos trabalhadores de cor branca cresceu 12,2%. Mas a pesquisa acusou, também, que, em média, os trabalhadores de cor preta ou parda ganhavam, em média, em 2008, pouco mais da metade (50,8%) do rendimento recebido pelos trabalhadores de cor branca. Destaca-se que em 2003 não chegava à metade (48,5%).

O rendimento domiciliar per capita aumentou, em cinco anos, 6,1%. De 2003 para 2008, o aumento chegou a 19,6%. A massa de rendimento real mensal habitual (média anual) foi estimada para 2008 em 27,6 bilhões, o que resultou em um aumento de 28,7% em cinco anos (de 2003 para 2008).

Chega-se a conclusão que a massa de trabalhadores obteve ganhos substanciais de renda, algumas vezes dependendo da região, causadas pela expansão econômica

geral no país e outras devidos a incentivos governamentais. Como também se observou a permanência no diferencial de salários entre homens e mulheres para todos os níveis de instrução. Esse diferencial também ocorre quando há uma análise em relação ao grupo étnico do trabalhador.

Gráfico 08: Evolução do Rendimento Médio Real (*), em 31/12, segundo Gênero. Período de 2003 – 2008.



(*) - deflacionado pelo INPC/IBGE a preço de dez/08

Fonte: RAIS-MTE

O gráfico 08 evidencia o crescimento do rendimento médio real ao longo do período. Em 2003 a remuneração masculina girava em torno de R\$ 1.412,42 e em 2008 chegava a R\$ 1.609,26, com uma variação absoluta de R\$ 196,84. A linha vermelha no gráfico faz menção à média em consideração ao rendimento médio real total incluindo homens e mulheres. Fica evidente a diferença salarial entre sexos. As mulheres mesmo com uma expansão no rendimento continuam ganhando abaixo do que é recebido pelos homens, e principalmente mantém diferença expressiva em relação à média.

Capítulo 4: Argumentação recente para expansão da Formalização nas Relações de Trabalho

4.1 – Introdução

Nos capítulos anteriores foram expostas as estatísticas que corroboram que o mercado de trabalho brasileiro vem sofrendo mudanças em sua estrutura, essas mudanças estão relacionadas à queda nas taxas de desemprego e ao aumento no grau de formalização da economia. Foram apresentadas as características dos agentes participantes do processo, firmas e trabalhadores, e as regiões e setores mais intensas no mesmo. Entretanto, permanece a questão, quais seriam os motivos por trás de taxas tão expressivas de formalidade?

Com o objetivo de apresentar argumentos que expliquem o aumento da formalização das relações de trabalho esse capítulo fará uma Revisão Bibliográfica apresentando os principais pontos dos argumentos utilizados em dois estudos realizados sobre o assunto. Destacando que por esse ser um movimento recente existem ainda muitas questões a serem formalmente compreendidas.

Contudo, algumas pesquisas já realizadas têm associado à expansão do mercado de trabalho formal a argumentos como: expansão do crédito para empresas (CATÃO; PAGES; ROSALES, 2009), aumento da escolaridade da força de trabalho (MELLO, 2010), fiscalização das leis trabalhistas (ALMEIDA; CARNEIRO 2007; SIMÃO, 2009) e simplificação tributária para pequenas e médias empresas (CORSEUIL; MOURA, 2010; SIMÃO, 2009).

Neste trabalho optou-se por explicar a queda recente na informalidade no Brasil pelos vieses da Aceleração Educacional de acordo com a proposta de (MELLO, 2010) e da Expansão Econômica pelo parecer de (CORSEUIL; FOGUEL, 2011). A seguir encontra-se o resumo das principais ideias defendidas por cada autor em seus artigos.

4.2 – Expansão Econômica

Expansão Econômica e Aumento da Formalização das Relações de Trabalho: Uma Abordagem através das Contratações

Carlos Henrique L. Corseuil e Miguel N. Foguel.

Os autores desse artigo trabalham com a hipótese de que há uma relação entre a expansão econômica e o aumento no grau de formalização do mercado de trabalho nos últimos anos, mais especificamente no período de 2003 a 2008. Eles explicam tal teoria através de modelos de busca por emprego (*search models*), que explica o aumento da formalização por meio da dinâmica de contratações de trabalhadores durante períodos de expansão de atividade econômica. O arcabouço do modelo é estruturado de forma que o grau de formalização cresce à medida que a taxa de desemprego cai e o diferencial de salários entre trabalhadores formais e informais aumenta, ao menos no início da expansão da economia.

De uma forma geral a teoria defende que a taxa de formalidade deve aumentar a medida que o desemprego cai, isto porque há uma mudança na maneira de contratar trabalhadores para postos formais.

Corseuil e Foguel têm por objetivo verificar até onde a expansão econômica é responsável pela queda na taxa de desemprego e seja fator decisivo para o crescimento do grau de formalização da economia. Eles apresentam um arcabouço teórico embasado no modelo de busca por emprego do trabalho de Moscarini e Postel – Vinay (2009).

4.2.1 - Arcabouço teórico de Moscarini e Postel – Vinay (2009)

De forma resumida o arcabouço consiste em considerar uma economia começando a sair de uma recessão e entrando em um processo de expansão econômica (aumento no nível de atividade), acompanhado de queda no desemprego. Em princípio as firmas tendem a contratar os trabalhadores provenientes do desemprego por estes tenderem a aceitar trabalhar a salários mais baixos e por se apresentarem de forma abundante no mercado de trabalho.

Com o passar do tempo o desemprego começa a diminuir e o estoque de trabalhadores desempregados não é mais tão abundante. Entretanto, parte dos desempregados se emprega em firmas pequenas³ e continua buscando emprego nas

maiores³. Então há um aumento no total de empregados em firmas pequenas e queda no desemprego. Dessa forma, a medida que o desemprego cai torna-se mais propensa as chances de uma firma grande contratar um empregado de uma firma pequena á medida que o desemprego diminui. Logo esse fluxo de trabalhadores de firmas pequenas para grandes faz aumentar a participação dos empregados nas firmas grande no total do emprego durante a recuperação da economia. Lembrando que no início de recuperação da economia, enquanto as firmas grandes se limitam a recrutar trabalhadores desempregados, pode ocorrer um crescimento na participação das firmas pequenas no emprego, caso elas tenham grande representatividade na economia e tornem mais provável o contato dos desempregados com elas do que com as firmas grandes.

Em relação ao diferencial de salário entre firmas maiores e firmas menores o modelo propõe que com a expansão econômica, o nível de emprego ótimo tende a crescer em todas as firmas que tendem a aumentar as ofertas oferecidas aos trabalhadores. Entretanto, firmas maiores tem capacidade de oferecer remunerações mais altas do que as menores, devido ao diferencial de produtividade associado ao tamanho. Então, em um primeiro momento o diferencial de salário entre firmas menores e maiores tende a crescer na medida em que o desemprego cai.

³ Moscariri e Postel – Vinay (2009) evidenciam que o trajeto do salário a ser ofertado está atrelado a produtividade da firma, de forma que a trajetória salarial de firmas mais produtivas(firmas maiores) tendem a ser mais vantajosas para os trabalhadores do que as menos produtivas(firmas menores). Outro ponto evidenciado é de que firmas mais produtivas empregarão mais trabalhadores do que as menos produtivas. Então os trabalhadores, mudariam de emprego em apenas uma direção : de firmas menos produtivas para uma mais produtiva, que é o mesmo de uma menos para uma maior.

4.2.2 - Arcabouço teórico modelo Corseuil e Foguel

O arcabouço teórico de Corseuil e Foguel é focado nas contratações por parte das firmas formais de trabalhadores provenientes do desemprego ou do setor formal, excluindo os fluxos de trabalhador formal para o desemprego ou setor informal. A teoria atribui influência na origem dos trabalhadores contratados nas empresas formais a ciclos econômicos e que a participação no emprego dessas firmas cresceriam na fase de expansão da economia.

Outro pressuposto seria de que os trabalhadores desempregados tendem a ter menores salários de reserva de que pessoas ocupadas em setores formais. Ou seja, quando há uma alta taxa de desemprego as firmas formais podem oferecer menores salários e contratar trabalhadores provenientes do desemprego. Na medida em que a economia crescesse, o desemprego cairia e, aos poucos, as firmas formais ofereceriam salários maiores, gerando uma queda na taxa de informalidade. Para isso supôs-se que firmas formais são mais produtivas que as informais, e conseguem então ajustar os salários mais facilmente do que as empresas menos produtivas, o que tende a aumentar o diferencial de salarial formal – informal no início do ajuste.

Os autores fazem uso dos dados da PME de 2003 a 2008. Utilizaram essa base por ser uma de caráter longitudinal e útil para testar mecanismos específicos da teoria testada por eles. Assim, identificam se um trabalhador recém – contratado num posto com carteira assinada é proveniente do desemprego ou da informalidade, e observam como a posição que o trabalhador ocupava anteriormente varia com a taxa de desemprego agregada.

Supuseram que todos os trabalhadores são iguais e que a diferença entre as firmas residem na produtividade de cada uma. A informação na flui de forma perfeita no mercado de trabalho, o que promove o processo de busca por trabalho entre os agentes. Além disso, a procura é composta por desempregados e empregados (esses estariam procurando melhores oportunidades). Como implicação desse processo, a todo instante qualquer trabalhador, empregado ou desempregado, tem grandes chances de receber uma proposta de emprego. A decisão entre aceitar ou não a proposta vai depender do valor do salário reserva do trabalhador e o salário oferecido na proposta. E como é de se esperar o ⁴salário reserva do trabalhador desempregado é o menor de todos.

No caso das firmas, essas produzem um produto homogêneo usando uma tecnologia com retornos constantes de escala. O contexto de informação imperfeita gera um poder de monopólio para as firmas no mercado de trabalho que lhes permite oferecer salários menores do que o nível da produtividade do trabalho. Logo, sempre será vantajoso para as firmas oferecer vagas, e o tamanho será limitado pela dificuldade de achar trabalhadores para preencher essas vagas. As firmas escolhem trajetórias salariais a serem oferecidas a todo e qualquer trabalhador independentemente do seu nível de experiência e de seu estado no mercado de trabalho. Essa escolha deve maximizar o valor presente do fluxo de lucro esperado, obedecendo à restrição imposta por um salário mínimo (SM) legal, bem como levando em consideração a dinâmica das variáveis de estado desse problema de maximização. (Corseuil e Foguel, 2011)

Com base nesses pressupostos e com a adaptação do modelo proposto por Moscarini e Postel – Vinay (2009) há um ajuste para considerar a coexistência dos setores formais e informais na economia brasileira. Na qual se observa a participação do emprego formal crescendo em períodos de expansão econômica, principalmente do meio para o final do período. O crescimento então seria baseado em um fluxo de trabalhadores das firmas informais para as formais, onde se esperaria também que o diferencial de salário formal- informal aumentasse ao longo do período de expansão.

⁴ O salário de reserva tem relação com a duração do desemprego. Quanto menor o salário de reserva, menor o tempo de desemprego, e quanto maior o salário de reserva, maior o tempo de desemprego. O que determina o salário reserva é são os fatores que afetam os custos e os benefícios da busca de um novo emprego. Este salário é aquele no qual o desempregado é indiferente entre continuar a busca e aceitar o emprego. (TOLEDO. D) – Teorias Econômicas.

Análise Descritiva

A partir dos dados da PME foi possível obter informações sobre desemprego, trabalho com carteira assinada, trabalho sem carteira assinada e a transição dos trabalhadores entre esses estados (emprego/desemprego). Para obter informações sobre transição de trabalhadores foi necessário construir um indicador com base em informações de fluxo de posições na ocupação, utilizando os microdados da PME.

Para corroborar sua teoria os autores instruíram de forma preliminar que se, quando a taxa de desemprego cai:

- 1) A participação dos trabalhadores com carteira entre os empregados na esfera privada tende a aumentar
- 2) O fluxo de trabalhadores de postos sem carteira para com carteira tende a crescer relativamente ao fluxo de desempregados para com carteira.

O ponto 1 foi evidenciado com os dados da ⁵ Taxa de desemprego e da participação dos trabalhadores com carteira no total de empregos do setor privado. Observou-se que em períodos de decréscimo na taxa de desemprego haveria aumento da formalização.

Gráfico 01: Evolução da participação do emprego com carteira e da taxa de desemprego (%).



Fonte: (Corseuil e Foguel, 2011) – Com base nos microdados da PME.

O gráfico mostra que principalmente nos últimos meses de 2004 a taxa de desemprego parece cair acompanhada de um crescimento na taxa de formalidade.

Para analisar o fluxo de trabalhadores (ponto 2) foi construído um indicador. Esse indicador capta em que medida as firmas com postos formais passam a recrutar relativamente mais ou menos trabalhadores das firmas com postos informais *vis-à-vis* a quantidade de trabalhadores desempregados recrutados. Assim, construímos o seguinte indicador, que chamaremos de viés pró sem carteira no processo de recrutamento do setor formal:

$$Z_t = \text{fluxo}(SC_{t-1} \rightarrow CC_t) / [\text{fluxo}(SC_{t-1} \rightarrow CC_t) + \text{fluxo}(DES_{t-1} \rightarrow CC_t)]$$

onde o numerador representa o número de trabalhadores que passaram a ocupar postos com carteira (CC) no mês t , provenientes de postos de trabalho sem carteira (SC) no mês anterior ($t - 1$). Já o denominador incorpora também o fluxo proveniente do desemprego. (Corseuil e Foguel, 2011).

Os resultados apontaram que para séries suavizadas era possível observar que na maior parte do período analisado o viés pró sem carteira no recrutamento do setor formal é negativamente relacionado com o desemprego, isto é, o fluxo de trabalhadores de postos sem carteira para com carteira tende a crescer relativamente ao fluxo de desempregados para com carteira.

⁵ A taxa de desemprego e da participação dos trabalhadores com carteira no total de empregos do setor privado será considerado como o indicador da Taxa de Formalização.

Para verificar se os resultados encontrados para o ponto 2 não poderiam estar sendo influenciado por mudanças nas ⁶características individuais dos trabalhadores foram calculadas probabilidades de transição de características individuais.

Através de um modelo ⁷*logit* multinomial chegou-se a conclusão de que uma diminuição do desemprego tende a aumentar a chance do trabalhador vir da informalidade em relação a chance de ele vir do desemprego. O que corrobora então a hipótese levantada pelos autores. Já em relação ao diferencial formal- informal o artigo comprova através de um modelo de primeiras diferenças que esse diferencial aumenta ao menos no início de um período de expansão da economia. Embora as estimativas sejam estatisticamente significativas apenas quando se utiliza grupos de trabalhadores sem carteira. Nesse caminho o pressuposto de que o diferencial de salários formal/informal aumenta durante uma expansão econômica é confirmado, mas não de forma inteiramente robusta.

⁶ Por exemplo, a composição tanto do grupo de trabalhadores sem carteira como dos desempregados em relação a atributos produtivos (escolaridade, experiência) ou passíveis de discriminação (cor, gênero) pode variar de tal forma que o primeiro grupo se torna mais atrativo que o segundo para as empresas formais. Em outras palavras, se os trabalhadores informais mudaram suas características produtivas ao longo do tempo relativamente aos desempregados, é possível que as empresas formais contratem proporcionalmente mais trabalhadores do primeiro grupo simplesmente porque passaram a demandar mão de obra com os atributos produtivos mais abundantemente ofertados pelos trabalhadores informais. (Corseuil e Foguel, 2011).

⁷ Para conhecer mais sobre o modelo e os resultados apontados nas regressões consultar (Corseuil e Foguel, 2011)

4.3 – Aceleração Educacional

Os números apontam para uma evidente queda na demanda por mão de obra com menor qualificação, ou de outro modo, foi crescente as contratações dentre os trabalhadores que apresentaram maiores níveis de escolaridade, independentemente de gênero ou raça. As pessoas com 2º grau completo ou nível superior foram aquelas que mais tiveram demanda por trabalho. Diante de tal fato, esse capítulo visará elucidar o aumento do grau de formalização da economia a partir de uma explicação pelo viés educacional da questão. Para tanto, serão expostos os principais pontos do artigo “Aceleração Educacional e a Queda Recente da Informalidade”, tese de mestrado profissional de Rafael Figueira e Mello pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração e Economia do IBMEC – RJ.

Aceleração Educacional e a Queda Recente da Informalidade **Rafael Figueiredo e Mello.**

A ideia proposta pelo artigo Aceleração Educacional e a Queda Recente da Informalidade é a de que a queda recente na taxa de informalidade brasileira foi motivada pela entrada de uma geração nova mais escolarizada no mercado de trabalho.

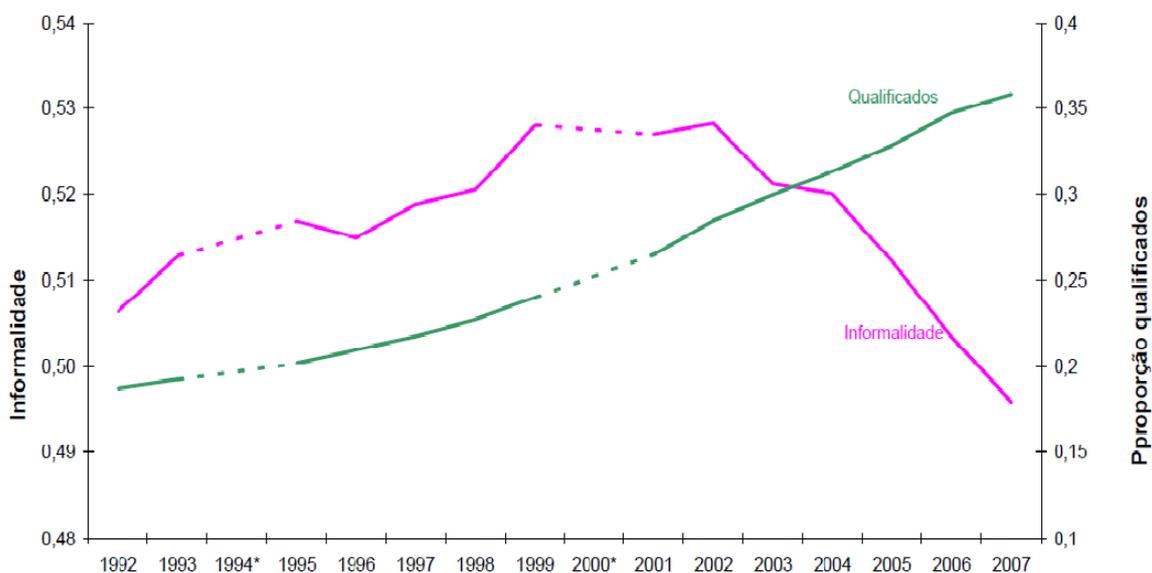
O autor argumenta que existe farta literatura que associam o aumento no grau de formalização com a educação, e que a média de escolaridade dos trabalhadores sem carteira assinada é maior do que os com carteira. Alega também que há evidências no Brasil e no exterior de que os retornos à educação diferem entre os setores formal e informal da economia, sendo mais elevados no setor formal.

Para isso estimou-se para os anos de 2002 e 2007 um modelo de escolha entre os setores formal e informal, com escolaridade entre seus determinantes, realizando-se em seguida uma decomposição da variação na taxa de informalidade entre esses anos em relação às mudanças na distribuição das características que determinam a escolha do trabalhador e as mudanças na importância que cada uma dessas características tem na determinação da situação de informalidade.

Mello encontra como principal resultado de sua pesquisa que a mudança na composição educacional foi o fator individual mais importante para explicar a queda da informalidade no período de análise, assim como a informalidade teria subido caso a distribuição de características dos ocupados não se alterasse, mas a probabilidade de ser informal por nível educacional evoluísse tal como o observado. A distribuição educacional se mostrou fator de forte influencia na evolução da formalidade dentre os atributos dos trabalhadores.

Mello elabora graficamente a partir dos microdados da PNAD a evolução da informalidade e grau de qualificação da força de trabalho no Brasil a partir da década de 90 até o ano de 2007. O gráfico sugere que o Brasil apresentou consistente aumento de seus níveis escolaridade, com aceleração e melhora a partir do final dos anos 90.

Gráfico 02 – Evolução da informalidade e grau de qualificação da força de trabalho.



Fonte: Próprio autor.

Em sua pesquisa definiu formalidade de duas maneiras uma considera formal os trabalhadores com carteira assinada, militares, funcionários públicos estatutários e empregadores, e como informais os empregados sem carteira assinada e o que trabalham

por “conta própria”. A outra definição para formalidade seria apenas os trabalhadores com carteira e os informais os sem carteira.

De acordo com a primeira definição entre os anos de 2002 e 2007 utilizando-se como base a evolução na posição por ocupação observou-se uma queda de 3,7 pontos percentuais na informalidade, notando-se que ocorreu maior variação entre os empregados com carteira assinada, que cresceram 3,9 pontos percentuais. Já entre os informais, a queda ocorreu principalmente entre os sem carteira e entre os trabalhadores por “conta própria”, com redução na participação de 1,6 e 1,7 pontos percentuais, respectivamente.

Tabela 01 – Evolução da escolaridade 2002 – 2007

escolaridade	2002	2007	Var.%
fundamental 1º ciclo incompleto	22,1%	16,9%	-23,6%
fundamental 1º ciclo completo	27,2%	22,8%	-16,1%
fundamental completo	16,5%	17,5%	6,5%
médio completo	25,8%	32,3%	25,5%
superior completo	8,4%	10,4%	23,0%
	100%	100%	-

Fonte: Próprio Autor. Fundamental 1º ciclo equivale à antiga 4ª série.

A tabela 10 evidencia que o crescimento da escolaridade entre 2002 e 2007, apresentou queda na parcela da população com o primeiro ciclo do ensino fundamental (-23,6%), enquanto ocorreu um aumento na parcela com ensino médio e superior

Tabela 02 – Taxa de informalidade por faixa de escolaridade

escolaridade	2002	2007	Var.p.p.
fundamental 1º ciclo incompleto	74,0%	72,3%	-1,7%
fundamental 1º ciclo completo	61,0%	60,7%	-0,2%
fundamental completo	50,4%	51,5%	1,1%
médio completo	33,8%	33,0%	-0,8%
superior completo	25,8%	25,1%	-0,6%
Total	52,1%	48,4%	-3,7%

Fonte: Próprio Autor. Fundamental 1º ciclo equivale a antiga 4ª série.

A tabela 02 constrói uma relação entre escolaridade e informalidade, mostrando que quanto mais anos de estudo menor a proporção de trabalhadores informais. Nota-se também que, na comparação entre os anos de 2007 e 2002, nenhuma das faixas teve queda da informalidade na mesma proporção da queda total, o que é um indício de que a queda maior deve ter sido originada pela migração dos indivíduos entre as faixas, ou seja, pelo aumento da escolaridade. (Mello, 2010).

CONCLUSÃO

O objetivo principal dessa monografia foi analisar a expansão do mercado de trabalho brasileiro no período de 2003 a 2008 quanto à geração de empregos formais na economia. Constatou-se que o período em análise apresentou resultados substancialmente positivos quando comparados com os dos meados da década de 90 a qual foi fortemente marcada pela presença de altos índices de informalidade. A reversão desses resultados ocorreu no fim desta mesma década, o ano de 2002 evidencia os primeiros sinais de tal movimento.

Em relação à leitura dos dados extraídos da Pesquisa Mensal do Emprego- PME e do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS pode-se verificar que os anos de 2003 a 2008 foram acompanhados de mudanças em relação ao nível de qualificação dos trabalhadores, de uma forma geral pode-se perceber que ocorreu uma expansão educacional no país. Os trabalhadores tornaram-se mais escolarizados ao longo dos anos, não que chegassem a patamares ideais de educação, mas ocorreram sensíveis alterações no grau de qualificação. Tal resultado vai ao encontro do que as empresas parece estarem vindo a demandar, visto que segundo a leitura dos dados os resultados revelam que os grupos com menor grau de instrução foram os menos demandados na geração do emprego formal. Enquanto houve uma forte expansão na demanda por trabalhadores com nível superior. Ainda no estrato dos trabalhadores com nível superior há destaque para o público feminino que foi responsável pelo maior taxa de ocupação no nível. Fazendo ainda um recorte por idade constatou-se a crescente participação de pessoas com 50 anos ou mais no mercado de trabalho, por razões não identificadas nessa pesquisa.

Entretanto, mesmo as mulheres ocupando a maioria dos postos de trabalho que demandam maior grau de qualificação o rendimento desse grupo continua com diferenças bem acentuadas em relação ao rendimento auferido pelos homens. Outra diferença na forma de remuneração foi percebida entre brancos, negros e pardos.

Por fim, buscando uma forma de compreender o processo de aumento no grau de formalização da economia no período em análise realizou-se uma revisão bibliográfica a qual se pautou em duas linhas de pesquisa. A primeira é a de Corseuil e Foguel (2011) que explicam o aumento da formalização por meio da dinâmica de contratações de trabalhadores durante períodos de expansão de atividade econômica, através de modelos de busca por emprego (*search modesl*). Já a segunda exposta é a de MELLO (2010) a

qual propõe que o decréscimo da informalidade é uma consequência associada à expansão educacional vivida nos últimos anos.

Dessa maneira, esse trabalho cumpre seu objetivo que foi apresentar e entender a dinâmica de formalização do mercado de trabalho compreendida entre os anos de 2003 a 2008 no Brasil.

Bibliografia

BARROS, R.P.de; Henriques, R. MENDONÇA, R. Desigualdade e Pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável. In: HENRIQUES, R.(Ed.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA 2000.

BARROS, R. P. Foguel, M. N. ULYSSEA G.(Orgs). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise de queda recente. Rio de Janeiro: IPEA2007.

CAMARGO, J.M; REIS, M.C. RBE. Aposentadoria, Pressão Salarial e Desemprego por Nível de Qualificação.

CORSEUIL, C.; MOURA, R.; RAMOS, L.; FURTADO, L. (2009). A Expansão do Emprego Formal sob a Ótica das Empresas, relatório técnico apresentado para o Ministério da Previdência.

CORSEUIL, C. e MOURA, R. (2009). O SIMPLES federal e a Geração de Empregos na Indústria. Mimeo.

CAVALERI, R. (2008). A Expansão da Ocupação em 2007. *Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise*, n 37. Ipea, Rio de Janeiro.

DEDECCA, Cláudio; ROSANDISKI, Eliane. Recuperação econômica e a geração de empregos formais. *Parcerias Estratégicas*, São Paulo, n. 22, p. 169-190, 2006.

MELLO, R.(2010). Aceleração Educacional e a Queda Recente da Informalidade .Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), Rio de Janeiro, 2010.

MOSCARINI, G.; POSTEL-VINAY, F. The timing of labor market expansions: new facts and a new hypothesis. In: ACEMOGLU, D.; ROGOFF, K.; WOODFORD, M. (Ed.). NBER Macroeconomics Annual, 2009.

BORGES, G; SILVA, M e BARROS, L (2008). O emprego formal no Brasil: uma análise do efeito da composição populacional no período 1996-2006. *Trabalho*

apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Minas Gerais, 2008.

CORSEUIL, C e FOGUEL, M. (2011). Expansão Econômica e aumento da formalização das Relações de Trabalho: Uma abordagem através das contratações. Texto para discussão 1571, IPEA, 2011.

CARDOSO JR., José. De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. **IPEA** - texto para discussão n. 914, Brasília, 2002.

Referências Eletrônicas:

Dados:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme>

<http://portal.mte.gov.br/portal-mte>

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/apresentacao_50anos.pdf

<http://bi.mte.gov.br/pdet/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego>

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pme/default.asp>

<http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Regime_jur%C3%ADdico_estatut%C3%A1rio_federal

http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/sobre/Orientacoes_sobre_a_Cobranca.asp